

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

ADONILE A. GUIMARÃES

*A Ética da Mudança:
Moral Anarquista
na Primeira República*



1676

519

002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO - PESQUISA EM HISTÓRIA - COHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. - BRASIL

ADONILE A. GUIMARÃES

A Ética da Mudança: Moral Anarquista na Primeira República

**Monografia apresentada à Banca
examinadora do Instituto de História
conforme exigência para conclusão
dos cursos de Bacharel e Licenciatura
Plena em História, sob a orientação
da Professora Doutora Christina
Roquette Lopreato**

Banca Examinadora

A Ética da Mudança:
Moral Anarquista na Primeira República
(Adonile A. Guimarães)

Este exemplar corresponde à redação final
da monografia defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 06/09/2002.

Profª. Dra. Christina S. Roquette Lopreato
(orientadora)

Profª. Ms. Gizelda C. da Silva Simonini

Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo

AGRADECIMENTOS

Apesar de me responsabilizar por todos os equívocos que, por ventura, tiver esse trabalho e por seus julgamentos de valor, jamais poderia dizer que o fiz sozinho. Assim sendo, é chegada a hora de fazer menção aos “co-autores” dessa monografia que se intitula: *A Ética da Mudança: Moral Anarquista na Primeira República*.

Sou grato a Sra. Aid Guimarães Vieira, mãe e amiga que tanto lutou para que eu vencesse os transtornos da vida. Ao Sr. Alberto, meu estimado pai, à irmã Simone e à sua filha, Isabela, minha sobrinha adorável.

Agradeço a Jacy Alves de Seixas, quem abriu para mim as portas complexas, contraditórias e apaixonantes do tema anarquismo e foi por um bom tempo minha orientadora e incentivadora gentil. À Christina Roquette Lopreato que teve a “coragem” e a presteza de encarar a dura tarefa de me orientar e corrigir, por vezes, as deficiências que tenho de codificar para a linguagem escrita a desorganização das minhas idéias e a pouca disciplina dos meus estudos. À Gizelda Simonini e ao Hermertes de Araújo por ambos terem aceitado, garbosamente, participar da Banca Examinadora, o que muito me deixa lisonjeado. À Kátia Paranhos pelos debates, em sala de aula, sobre a historiografia operária brasileira, à Rosângela Patriota pelas aulas formidáveis sobre os *anos 60*. Agradeço também à FAPEMIG pelo incentivo financeiro que contribuiu para execução desse trabalho.

Grato aos meus amigos inseparáveis que enfrentam comigo as travessuras do dia-a-dia: à Ianni pelas noites que ficávamos juntos discutindo Marcuse e, principalmente, pela empatia da nossa amizade; ao Josué meu amigo *on the road*, que nas caronas da vida me ensinou e me ensina a ser mais alegre; ao Luciano, meu paradigma moral, por seu silêncio crítico que me faz ver as coisas de forma mais real e a Mércia pelo carinho e dedicação, sempre presente com seu sorriso que ilumina meu caminho. Ao Juninho e à sua polonesa que perambulam nas noites

punks de Londres, ao Claudio por termos em, certo período da nossa juventude, engolido juntos o *Almoço Nu* que a vida nos reservou.

Devo mencionar também o Edilson que com seu otimismo e “frieza” tranqüilizou-me, por vezes, minhas inquietudes; a Jussara, colega do NEPHISPO, que é o exemplo da força feminina; ao João Batista pelo carinho, bondade e paciência com que tempera nosso convívio. A todos meus amigos que, embora, distantes pelos compromissos que cada um tem, estiveram comigo nessa *travessia*: Abrahão (companheiro da Aliança de Esquerda e da Associação do Bairro Tocantins), André (pelos diálogos sobre Almódovar) Ailton, Benício, B2, Camaradas de São Matheus - (Zona Leste de São Paulo – quanto tempo!) Edeílson, Edmilson, Flávio, Hélia (pelos diálogos sobre poesia e teatro), “Imagéticas”: Roberta, Rosângela, Cristina, Adriana, Lau e Eliane, Íris (pelas experiências da nossa cercania), Kaita (fetiche do meu amigo), Kênia, Juliana (pelas sessões de cinema), Jane, Léo (e nossa companheira inseparável: a cerveja), Márcio Antônio (Pato Fu), Miguel (pelos debates sobre Kieslowski e Bergman), Pierpaolo, Raquel, Rejane, Robson, ao Rogério (dos bares da vida), ao Zenir (pelas dicas sobre mito e imaginário político), enfim, a toda turma do primeiro semestre de 1997, ao Sergião da “filô”, a Michelle da Economia (UNB), ao Rui de Moraes pela longa amizade, ao Negão (o cara mais louco que eu conheço acima dos 40), ao Cícero, aos meus colegas da “net”, a minha imensa família que me dá o respaldo necessário para continuar caminhando, a todos, do fundo do meu coração, meu muito obrigado. E àqueles que olvidei, minhas sinceras desculpas.

A todos os meus amigos deixo aqui minha mensagem: Andem com a mente, pensem com o coração e abracem com os lábios e... vamos todos à luta, porque viver é, sobretudo, lutar: por tudo aquilo que desejamos!

*Dedico esse trabalho à minha mãe,
Sra. Aid: razão do meu existir e
subsistir .*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I: OPOSIÇÃO RADICAL ÀS FORMAS DE PODER	
1.1. Alguns aspectos da história do anarquismo.....	08
1.2. As delimitações das lutas sociais e a construção do ideário anarquista.....	13
1.3. O anarquismo e a dimensão do campo moral.....	21
CAPÍTULO II: ANARQUISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O PARADIGMA MARXISTA EM QUESTÃO	
2.1. A obliteração da história libertária e a construção da memória oficial.....	31
2.2. Problema historiográfico: O referencial marxista como fator deturpador da ação direta e a possível positividade do conceito espontaneísmo.....	39
2.3. As correntes da historiografia operária brasileira – a distinção das referências teóricas...50	
CAPÍTULO III: A IMPRENSA ANARQUISTA E A FORMAÇÃO POLÍTICA DO TRABALHADOR	
3.1. Moral anarquista/moral burguesa: aproximações, distanciamentos e diferenças.....	62
3.1.1 As interdições anarquistas.....	71
3.1.2 O espaço do lazer.....	76
O MITO COMO CONSTRUÇÃO NO DIA-A-DIA (CONSIDERAÇÕES FINAIS).....	82
BIBLIOGRAFIA.....	84

INTRODUÇÃO

Por que *ética da mudança*?

Primeiramente, devo dizer que não faço distinção entre os termos *ética* e *moral*, nesse trabalho os dois termos são sinônimos.¹ Embora, reconheça algumas das implicações filosóficas que esse procedimento pode acarretar (*moral* = *ética*), não me encontro, atualmente, com capacidade e respaldo teórico para discutir tais corolários. A seguir utilizo a palavra *mudança* porque vejo que as características mais evidentes da moral anarquista na Primeira República, o tema desta pesquisa, são a estratégia política da ação direta que amplia o campo de ação do militante anarquista e o possibilita a se preocupar com o cotidiano dos trabalhadores e o projeto ou sonho como queiram, que os anarquistas têm de uma sociedade igualitária e livre.

O tema dessa monografia foi se construindo aos poucos desde 1998, quando a Prof^a. D^a Jacy Alves de Seixas me convidou para continuar o andamento da coleta de dados para o Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil.

Tendo aceito o convite comecei a pensar no tema: anarquismo.

Em 1999, quando participei das aulas de Brasil III, conheci, Agnaldo o então professor da disciplina. No decorrer das aulas travamos bons debates sobre o tema do anarquismo baseados em texto como: *Trabalho Urbano e Conflito Social* de Bóris Fausto, *Nem Pátria, Nem Patrão* de Francisco Foot Hardman e *A Semana Trágica : A Greve Geral Anarquista de 1917*, um livro que eu havia ganho da própria autora, Christina Roquette Lopreato, em 1997,

¹ Moral e Ética “duas palavras que perderam a referência ao significado original de *costume*, que têm por base (*ethos* em grego, *mos* em latim)...” FILHO, Rubens R. Torres. In: NIETZSCHE. *Aurora – pensamentos sobre os preconceitos morais (1880-1881)*. Coleção “Os Pensadores”, p., 141. (N. do T.).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

num período que eu nunca poderia imaginar que um dia ela seria minha orientadora. Apesar de estar ainda muito cru no assunto, a disciplina de Brasil III possibilitou-me constatar as diferenças dos autores mencionados, como cada um tratava o tema e quais eram suas referências.

No livro da Christina pude sentir toda a força da estratégia política anarquista e a repercussão da grande greve geral de 1917, o auge do anarquismo no Brasil. Em *Nem Pátria, Nem Patrão*, a força do anarquismo permanecia, havia uma cultura operária com uma grande influência dos anarquistas. Todavia, em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, embora também se tratasse do mesmo período estudado: a Primeira República, como os anteriores, parecia que o anarquismo não tinha tanta importância assim, era como se o anarquismo, nas palavras de Boris Fausto, fosse o trajeto pelo qual “a organização” operária tivesse que passar até chegar a consciência política de fato, porque o anarquismo, segundo Fausto, rejeitava a via política. Bom, como eu disse, ainda estava cru, e engoli essa história.

Um ano se passou, minha bolsa de estudos não veio e eu precisava “escolher” meu tema, afinal precisava, para formar, defender uma monografia. Ah!!... Mal sabia eu que meu tema já estava escolhido, ou melhor, ele me escolheu... o anarquismo me fagocitou. A doutrina, a ideologia, o pensamento social que rejeitava a via política partidária.

Estávamos nos últimos dias de 1999, o primeiro ano do 2º reinado de FHC que foi eleito presidente. A minha descrença no partidarismo aumentara ainda mais, meus dois votos para presidente nada adiantaram... Inconscientemente, entrei de cabeça no tema, encontrei a Jacy pelo corredor do bloco H e sem pestanejar disse lhe: “com bolsa ou sem bolsa você topa ser minha orientadora?” Apresentei um trabalho na IFES em Ouro Preto intitulado “A Moral Anarquista e a conquista da 'questão social' no Brasil”, no qual a Jacy leu e fez algumas considerações a respeito. A partir daí me senti mais motivado com a pesquisa e comecei a ler

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

mais a respeito de um tema que me intrigava: as interdições anarquistas. Havia um paradoxo afinal, entre o projeto político e a “prática autoritária” dos anarquistas que proibiam os trabalhadores de fumar, beber, jogar futebol e até dançar, como Boris Fausto apontava?

A pesquisa me mostrou que não!

A Jacy foi minha orientadora até monografia I, período em que partiu para seu Pós Doutorado, a Christina Lopreato, aquela que me presenteou com seu livro, passou a ser a minha nova orientadora. Que privilégio o meu ter duas orientadoras: Jacy Alves de Seixas e Christina Roquette Lopreato que, ainda por cima, conhecem muito do meu tema. Mas, também tem o outro lado, a responsabilidade, coisa com a qual eu nunca me dei bem. E que responsabilidade !

De lá pra cá, aconteceram alguns imprevistos como o fato de eu ter passado no concurso e ter que pedir adianta... ah!! Deixa pra lá. Isso é outra história, além do mais, isso era para ser uma introdução à monografia, não um relato da minha vida, mas, como acho importante os dados biográficos para se entender o que o autor pretendeu fazer, achei por bem escrever essas poucas linhas. Contudo, prometo que agora eu vou direto à introdução dessa monografia que se denomina: *A Ética da Mudança: Moral Anarquista na Primeira República*.

No primeiro Capítulo: *Oposição radical às formas de poder*, no item: *1.1. Alguns aspectos da história do anarquismo*, pretendi fazer um histórico do anarquismo destacando alguns aspectos que eu considero importante para se estudar o tema da moral. Um desses aspectos é o fato do anarquismo ser herdeiro tanto do iluminismo como também das seitas heréticas que faziam oposição às leis católicas. Essa dupla origem pode explicar, em parte, a paixão “quase religiosa” com que o militante anarquista defende sua causa e o modo racional como tenta dirigir sua vida. No item *1.2 As delimitações das lutas sociais e a construção do*

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

ideário anarquista, tentei delimitar o campo das lutas sociais enfocando a formação do pensamento e ação anarquista. A construção do anarquismo se dá tanto em oposição a algumas tendências dentro do campo do socialismo, como o exemplo do marxismo, bem como do liberalismo. A parte seguinte: *1.3 O anarquismo e a dimensão do campo moral*, procurei localizar meu tema fazendo distinção de como era concebida a moral anarquista pelos anarco-comunistas que têm Kropotkin como um de seus teóricos. A moral libertária concebida pelo “príncipe do anarquismo” estava relacionada com uma visão positiva de progresso humano, onde em determinado momento histórico a sociedade perceberia que as instituições, de fato, deixam os homens piores do que realmente são. Assim, a moral anarquista seria um estágio superior da sociedade. Diferentemente, compreendo moral anarquista advinda das diferenças de classe, que se constrói mediante um projeto político norteador que visa a transformação da sociedade.

Depois da localização e da construção do tema da moral anarquista, retorno ao começo, ao que me levou a pensar nesse tema, não só o fato de eu ser um descrente com a via partidária, mas a constatação de que o anarquismo só depois de um determinado momento em nossa história é que passou a ser tratado com a importância que merecia. Em outras palavras, o que me instigou, realmente, a esse tema foi a historiografia de tendência economicista e representante de um marxismo que se engendrou a partir da 2ª Internacional e se petrificou com a 3ª Internacional, que defendia a frente única, que, resumidamente, tinha um direcionamento político que determinava, para os partidos comunistas que fossem de países “pré-capitalistas” como o Brasil, que se unisse com a burguesia e que primeiro fizesse a revolução burguesa, para que depois, num estágio avançado de indústria, fosse possível fazer a revolução proletária.

Que bela forma! Ahh... se a história fosse assim tão simples. O pior é que a nossa

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

historiografia operária estava cheio de gente que pensava assim, acho que ainda pensa, será possível? O fato é que essa concepção reducionista e etapista da história analisava o anarquismo e movimentos operários na Primeira República como apolíticos! Procuravam, através de dados quantitativos, número de greves, de sindicatos, de associações de... não sei mais o quê, mensurar a importância ou melhor a (des)importância do anarquismo. E por esse modelo teórico não é que conseguiram! Com os óculos escuros do marxismo ortodoxo não encontraram nada de importante no operariado pré 30, o grande marco da “Revolução Burguesa” no Brasil, ainda bem que nesse mesmo Brasil passou a ter historiadores como de Decca, Michael Hall e tantos outros...

A importância do anarquismo, a meu ver, está em seu aspecto moral.

Assim, no capítulo II: *Anarquismo na Primeira República: o paradigma marxista em questão, item: 2.1; A obliteração da história libertária e a construção da memória oficial*, procurei criticar o marco de 30 na historiografia operária e a noção etapista de história da III Internacional. No item: 2.2, *Problema historiográfico: O referencial marxista como fator deturpador da ação direta e a possível positividade do conceito espontaneísmo*, percebi que, muitas vezes, a visão reducionista e tendenciosa do operariado na Primeira República era resultado de uma aplicação metodológica rígida do materialismo histórico. Nesse sentido, tento resgatar o lado positivo do conceito espontaneísmo e as lutas entre anarquismo e marxismo dentro do campo do socialismo quando Marx e Engels elaboravam o materialismo histórico, isto é, busquei historicizar o método de análise utilizado por alguns historiadores brasileiros confrontando-o com o anarquismo. Para os anarquistas, por exemplo: espontaneísmo significa auto gestão, livre iniciativa. No próximo item: 2.3 *As correntes da historiografia operária brasileira - a distinção das referências teóricas*, procurei situar a pesquisa dentro de uma determinada tendência historiográfica que passou a analisar com mais

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

desvelo o operariado da Primeira República e a participação relevante dos anarquistas nas greves e nas oposições à política hegemônica da época. Em outras palavras, nesse item separei o joio do trigo e claro, fiquei do lado do trigo.

No capítulo III: *A imprensa anarquista: a formação política do trabalhador*, procurei através de um veículo bastante utilizado pelos militantes anarquistas identificar e expor o discurso ético libertário. No item: *3.1 Moral anarquista/moral burguesa: aproximações, distanciamentos e diferenças*, nesse item que direciona todo o capítulo tentei através das fontes primárias demonstrar as diferenças entre a moral anarquista e a moral reformista e mostrar que as aproximações estão relacionadas com o imaginário político da Primeira República e com os limites “mentais” da época. No item: *3.1.1 As interdições anarquistas*, com a utilização de alguns jornais anarquistas da Primeira República, principalmente, de *O Amigo do Povo*, tentei identificar as recusas anarquistas ao futebol, ao baile, ao tabaco, ao álcool e o porquê dessas interdições. Constatei que a forma utilizada pelos anarquistas, de acordo com a pesquisa, era a do convencimento racional, científico e que, nesse sentido, pelo menos nos documentos que pesquisei, não tem qualquer semelhança como os métodos burgueses de coerção, como quer os argumentos de alguns historiadores como Boris Fausto. No item: *3.1.2 O espaço do lazer*, tento rebater algumas críticas sobre o anarquismo que dizem que é contra o prazer e a diversão, pelo fato de que os libertários são contrários aos prazeres e as diversões burguesas, mas, não à diversão e ao prazer em si, tanto que se propõem (os militantes anarquistas) a criarem um tipo de lazer útil, engajado em sua causa de transformação do indivíduo e da sociedade.

Em *O mito como construção no dia-a-dia (considerações finais)*, faço algumas observações ao trabalho e revelo um projeto que foi interrompido, por falta de tempo e de capacidade atual para me dedicar ao estudo do Imaginário Político, um campo de estudos,

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

novo para mim, que eu tenho certeza iria clarear e muito, algumas de minhas idéias sobre o tema em questão. O título aponta para isso. No mais, boa leitura!

CAPÍTULO I

ANARQUISMO – OPOSIÇÃO RADICAL ÀS FORMAS DE PODER

O governo do homem pelo homem é a servidão.²

(Max Stirner)

Quem puser a mão sobre mim para governar é um usurpador e um tirano.
Declaro-o meu inimigo.³

(Pierre Joseph Proudhon)

1.1. Alguns aspectos da história do anarquismo

Em grande parte, as associações anarquistas se configuram pela oposição veemente que fazem aos ideais burgueses. Como teoria social revolucionária, o anarquismo visa abolir a exploração do homem pelo homem e para isso almeja “destruir” o Estado, o mal que oprime o homem e o impossibilita de desenvolver sua solidariedade natural, lhe impondo leis e normas que inviabilizam a liberdade do indivíduo, enquanto homem/mulher criador/a de sua própria cultura. É em oposição ao Estado burguês que o anarquismo ganha contornos revolucionários.

A idéia de anarquia (sem governo), no entanto, tem uma origem remota na Grécia Antiga, com Zenão.⁴ Este e seus discípulos, os estóicos, eram cosmopolitas e defendiam um direito natural que preconizava uma sociedade sem a necessidade de leis e normas. Posteriormente, já no período da Idade Média, é possível identificar o que podemos chamar de

2 STIRNER, *apud*. GUÉRIN, 1968, p., 23

3 PROUDHON, *apud*. *op. cit.* p., 23.

4 Cf. GAARDER, 1997.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

ação anárquica, proveniente de algumas seitas heréticas gnósticas, bem como nos anabatistas, que foram responsáveis por algumas revoltas religiosas que rejeitavam a autoridade papal. Essa idéia de anarquia que se opõe ao governo constituído, comum em várias épocas, constitui-se a herança do anarquismo no século XIX.⁵

Essas ações anarquistas erigiram revoltas ao longo da história, que passaram a ser reelaboradas por homens como Winstanley, Godwin, Proudhon, Bakunin, George Sorel, Max Stirner, Kropotkin, Tolstoi, se tornando um grande ideário revolucionário mundial e uma das mais complexas teorias de oposição ao Estado e à exploração capitalista. Assim, embora o anarquismo seja tributário dessa herança que vem desde Zenão, as organizações anarquistas construídas dentro do processo de exploração imposta pelo sistema capitalista, que é o enfoque desse estudo, tem sua origem no século XIX.

O anarquismo se fez na atmosfera sombria das injustiças sociais que se tornaram mais nítidas no século XIX. O advento da maquinaria e da indústria fomentaram, aos poucos, os grandes centros industriais para onde os camponeses expulsos das terras iam gradativamente se transformando em multidões de proletários miseráveis nas grandes cidades de países como Inglaterra e França.⁶ Esse foi o cenário de onde surgiram as grandes revoltas que passaram a ter um novo agente social: a multidão proletária. Baseados nessa nova realidade, grandes teóricos sociais passaram a defender uma outra via política, pois o liberalismo já não conseguia abranger a complexidade e as nuances do período marcado pela industrialização dos grandes Estados capitalistas.

O liberalismo e seus defensores que prometeram a igualdade, a fraternidade e a liberdade na vitoriosa Revolução Francesa foram aos poucos sendo desmascarados pela

5 Cf. JOLL, 1977.

6 Cf. BRESCIANI, 1982.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

realidade nua e crua do século XIX. O Estado burguês que tinha como objetivo promover o livre comércio interno (mas protecionista internacionalmente) e proteger o direito de propriedade encontrou nos pensadores políticos liberais como Adam Smith e Locke, a fundamentação necessária para desenvolver a política que visava o lucro e o progresso técnico sem se preocupar com as desigualdades sociais que esse sistema acarretava.

A realidade tenebrosa das grandes cidades industriais no século XIX, descrita mais tarde pela pena pessimista dos socialistas utópicos, desmascarou entre outras, a falácia Lockean de que a propriedade constituía-se em um prêmio justo conquistado através do trabalho.⁷ As ideologias liberais que justificavam a apropriação, por uma minoria ostentadora, da riqueza produzida pela grande maioria que mal tinha o que comer, foram gradativamente, ao longo do século XIX, sendo corroídas pela realidade. A grande multidão crescente de miseráveis que pela experiência compartilhada entre seus pares que viviam em iguais condições precárias, passou a desenvolver no meio da concorrência por empregos, a solidariedade da sobrevivência, desenvolvendo, no embate das contradições do dia a dia, uma potencialidade de mudança. Nesse panorama histórico germinaram os pensamentos sociais que deram traços mais nítidos aos movimentos e revoltas do século XIX. O anarquismo, enquanto luta política, herdeiro das tradições ácratas dos séculos anteriores se configurou no redemoinho das contradições e injustiças do capitalismo, formando-se como um contraponto importante juntamente com outras tendências sociais que buscavam um outro direcionamento político e econômico para a sociedade.

7 Locke defendia o direito da propriedade e da riqueza alegando que, no início, Deus havia distribuído todas as coisas do mundo sob um critério de igualdade e, se ao longo dos tempos, alguns possuíam mais bens que outros, isso se dera através do trabalho. (Cf. LOCKE, 1987, p. 49). Já Proudhon, no século XIX, refutando essa tese defendia que era impossível fazer o inventário da humanidade desde o início dos tempos, o que por si só justificava a divisão igualitária de todos os bens. (Cf. PROUDHON, 2001, p. 20). Mais tarde, Bakunin, no congresso da Internacional defenderia a abolição do direito de herança na futura sociedade comunista, acirrando as diferenças entre o anarquismo coletivista e o marxismo. (Cf. BAKUNIN, 1999, P. 143).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

O anarquismo é oriundo tanto de um sentimento secular de oposição às instituições de poder, tributário das revoltas heréticas, bem como do iluminismo. É herdeiro do mito da revolução vencedora de 1789, na exata medida em que rejeita seus ideais burgueses. Dessa forma, o anarquismo em oposição a toda forma de poder, passou a ter uma conotação moral muito nítida. Não fazia oposição apenas ao sistema capitalista, os anarquistas eram contra latifundiários, padres, ditadores, burocratas, contra a representação democrática, enfim, contra todas as instâncias de poder do homem contra o homem.

O aspecto moral que aqui tento sublinhar torna-se mais evidente quando se compara o anarquismo com as outras teorias sociais. Os anarquistas, por rejeitarem a via partidária, ampliam seus horizontes para além do plano institucional, ultrapassando o aspecto racional, propondo assim novas táticas e fazeres políticos, como o da ação direta, daí a preocupação com a formação do homem como um todo, da construção de uma nova moral, cultura, educação, enfim; com a construção de uma nova sociedade baseada na liberdade individual. Conforme algumas leituras que fiz como a do historiador James Joll, essa propensão em ampliar o conceito de política, em buscar as mudanças nos vários aspectos da vida, pode ser, em parte, explicada pelo fato do anarquismo ser herdeiro de duas concepções de mundo.

Embora o anarquismo seja um produto do racionalismo do século XVIII, e a teoria anarquista se baseie na confiança da natureza racional do homem e na crença da possibilidade do seu aperfeiçoamento intelectual e moral, esta é apenas uma das suas faces. A outra é a tendência que podemos descrever corretamente como religiosa e que aproxima o anarquista emocionalmente, se não doutrinariamente dos heréticos extremistas dos séculos passados. Foi o conflito entre estes dois tipos de temperamento, o religioso e o racionalista, o apocalíptico e o humanista, que tornou a doutrina anarquista tão contraditória. Foi também esta dupla natureza que deu ao anarquismo um apelo vasto e universal. Consequentemente, não podemos compreender as crenças dos anarquistas sem compreendermos primeiro as idéias políticas que aqueles herdaram do iluminismo. Todavia, as suas ações podem explicar-se muitas vezes apenas em termos de psicologia da crença religiosa.⁸

Não quero aqui entrar no mérito da questão, nem é meu objetivo explorar o aspecto da

8 JOLL, 1977, pp. 28-29.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

psicologia religiosa, quero apenas pontuar alguns trechos da análise de Joll. No que concerne a contradição do anarquismo, a própria concepção ácrata abre espaço para o debate de idéias, o próprio fato do arcabouço teórico multifacetário ou ausência de um “criador” em especial como no caso do marxismo, faz com que a teoria libertária, em sua essência, seja contra as regras impostas de cima para baixo. Nesse sentido, a multiplicidade teórica e os debates em torno da estratégia política da ação direta, ponto em comum entre as várias tendências libertárias, não podem ser percebidas apenas como incoerência pura e simplesmente. Como o próprio J. Joll aponta, o anarquismo não é oriundo apenas do campo da razão, da lógica, ultrapassa essas barreiras e alcança os sentimentos, os comportamentos.

Essa dupla origem do anarquismo nos faz perceber a amplitude do *instinto natural* que certos grupos tiveram contra as leis e os governos de seu tempo. Isto é fundamental porque nos leva a ampliar o conceito de político para além do institucional e nos possibilita rompermos com as análises etapistas e ortodoxas da história que estudam o passado encobertos pela poeira do presente.

O pensamento político do século XVIII canalizou um certo espírito de revolta que coloriu a história ocidental desde a antigüidade. As reações violentas contra a ordem existente que, de acordo com James Joll, se caracteriza por uma concepção religiosa que é anterior ao século XIII, baseia-se na bondade inata do ser humano que é denegrida pelas instituições de poder. A autoridade, o governo, nessa perspectiva, constitui-se numa degenerescência da verdadeira essência do homem.

1.2. As delimitações das lutas sociais e a construção do ideário anarquista

Já a partir do século XIX, pode-se verificar dois eixos que norteiam o anarquismo: um mais individualista e outro societário, embora mesmo este advogue em favor do indivíduo quanto, por exemplo, à liberdade de associação, como esclarece Bakunin, que deve ser respeitada. Ou antes com Proudhon que suspeitava de toda e qualquer associação e buscava uma síntese entre sociedade e indivíduo, entre o desejo individual e os interesses sociais: “Assim como o individualismo é o fato primordial da humanidade, a associação é o seu termo complementar”.⁹

Sendo assim, o anarquismo do século XIX segue uma linha societária¹⁰ que almeja a revolução social sem ignorar a importância do indivíduo para a construção desse objetivo. Dessa forma, diverge cabalmente do socialismo de Blanqui¹¹ que advogava a centralização dos meios de produção nas mãos de uma minoria revolucionária, idéia que Marx e Engels se apropriaria no Manifesto Comunista de 1848, com o nome de “ditadura do proletariado”.¹²

A organização para os anarquistas não precisa necessariamente passar pela delegação de poderes a uma minoria que represente o povo, uma sociedade organizada não precisa ser gerida por um Estado centralizador. A organização, segundo os preceitos libertários, deve ser construída de baixo para cima. Nesse sentido, Proudhon, em um certo momento histórico, defende a federação que, por seu turno, não será o representante do povo, mas o próprio povo

9 PROUDHON, apud. GUÉRIN, 1968, p., 38.

10 A predominância dessa vertente não exclui a manifestação de anarquistas individualistas como Max Stirner no campo teórico, e os atentados terroristas de anarquistas individualistas, no campo prático, que pensavam que através da destruição de alguns símbolos da sociedade burguesa, faria com que, o Estado liberal começasse a se definir. Por outro lado, muitos desses atentados eram causados por agentes provocadores com a intenção de incriminar os anarquistas.

11 Cf. BOTTOMORE. *Blanquismo*, 1993, pp. 33-32.

12 “O proletariado usará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas”. (MARX; ENGELS. 1948, p. 51).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

organizado em pequenas federações de trabalhadores que, conforme os princípios igualitários, regularão a produção e a distribuição de forma justa.

O anarquismo, de acordo com o seu projeto de transformação, com sua estratégia política formou seu código moral, assim, sua conduta ética impulsionou o desejo de justiça inerente aos explorados. Os trabalhadores que foram privados de sua liberdade ao longo dos séculos começaram a construir, num mundo corroído pelas injustiças, uma moral revolucionária, um tipo de comportamento que transformasse o homem explorado e desfigurado no herdeiro de uma nova sociedade. Utópicos ou não, os anarquistas foram os protagonistas de grandes revoltas e revoluções em todo mundo e até hoje, apesar de todo o desconhecimento que o envolve, é uma concepção e conduta política importante na contemporaneidade.

Dentre as várias concepções anarquistas que surgiram ao longo do século XIX, a mutualista de Proudhon - o grande fundador da anarquismo moderno -, foi a que mais influenciou os operários de tendência libertária que surgiram a seguir.

Para esse trabalho que tem por objetivo abordar a ética anarquista no imaginário político da Primeira República, os debates entre as várias tendências anarquistas e socialistas são de fundamental importância para se entender os sentidos da moral anarquista, pois é em relação ao seu duplo e aos seus opostos que a moral libertária se forma. Assim,

(...)não poderíamos apreender a dimensão propriamente criativa e afetiva do imaginário social sem apreendê-lo nesse duplo jogo. A negatividade supõe uma positividade precisa, e a imagem identitária do operariado brasileiro se forma, ou se completa, apenas se a considerarmos em sua dupla face. Ambas carregadas de afetividade.¹³

Sendo assim, as principais questões que nortearam os debates anarquistas ao longo do

13 O artigo dessa citação busca expor o problema do imaginário operário na Primeira República que transitava entre a identificação de *apatia/ação* e, a seguir, *fraqueza/organização*. Diferentemente, almejo apenas sublinhar o contexto do afetivo na política que é um dos aspectos estudado pela tendência historiográfica do imaginário político, uma das referências importante desse trabalho. (SEIXAS, 1994, p. 214).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

século XIX e início do XX, devem ser abordadas para além do contexto racional, de forma a alcançar também o aspecto da afetividade.

A grande controvérsia da concepção mutualista, numa perspectiva que se pretende científica, está na questão de como seria a remuneração do trabalho na sociedade libertária. Questão esta que Bakunin, Kropotkin e muitos outros também se debateram sem nunca chegarem a um consenso, “a cada um conforme suas necessidades” ou “a cada um conforme seu trabalho”. Outro ponto bastante debatido entre os anarquistas e o que distingue também das demais organizações sociais é a questão da concorrência. Para Proudhon, que tem uma influência muito grande do pensamento de Hegel e Saint-Simon, a concorrência, por um lado, é a liberdade do indivíduo que move a produção da sociedade, por outro, é a consequência de grandes desigualdades econômicas. O mutualista francês, segundo uma perspectiva hegeliana, defendia que a sociedade libertária tinha que ser uma síntese entre monopólio e concorrência e não abolia de todo a propriedade. Para ele, esse conceito tinha, concomitantemente, um lado positivo e outro negativo, portanto, o que deveria mudar era a concepção de propriedade que numa sociedade erigida através da igualdade e com o fim de alcançar a liberdade das individualidades teria um outro sentido.

Nesse ponto, alguns críticos destacam a influência camponesa e romântica que foi marcante em Proudhon. Para o socialismo marxista, esse ponto era suficiente para qualificar o pensamento anarquista de reacionário, como foi sumariamente redigido no Manifesto Comunista, provavelmente, motivados pelo desejo de vingança comum ao temperamento de Marx.

Assim, o anarquismo é pintado como um pensamento pequeno burguês, mais como “um inimigo” do que como um aliado na luta contra o capital, já demonstrando o autoritarismo de Marx, que buscava impor o “socialismo científico” a todos os movimentos operários, se

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

recusando, de antemão, a um diálogo profícuo com as outras correntes que iam desde sociais democratas a anarquistas individualistas.

Proudhon, ainda na década de 1840, no pequeno período que Marx esteve em Paris já reconhecendo o temperamento autoritário do alemão recusa-se a juntar forças com ele e Engels numa carta ao mesmo tempo emocionante, sincera e lúcida:

Se você quiser, vamos rever juntos as leis da sociedade, a maneira pela qual chegou-se a essas leis, o processo pelo qual possamos ter êxito em descobri-las; mas, pelo amor de Deus, depois de termos destruído todos os dogmatismos a priori, não nos deixemos, por nossa vez, cair na tentação de doutrinar o povo... Eu aplaudo, do fundo do coração, sua atitude de tomar conhecimento de todos os tipos de opinião; vamos nos empenhar em uma boa e leal polêmica, vamos dar ao mundo o exemplo de uma informada e cautelosa tolerância, mas não vamos – simplesmente porque somos as cabeças do movimento – nos transformar nos líderes de uma nova intolerância, não vamos assumir a pose de apóstolos de uma nova religião, mesmo que seja a religião da lógica, a religião da razão. Vamos nos unir e encorajar todas as dissensões, vamos banir toda a exclusividade, todo o misticismo, nunca vamos olhar uma questão como exaurida e, depois que tivermos lançado mão do último argumento, vamos começar de novo, se necessário – com eloquência e ironia. Nestas condições, eu entrarei de bom grado na sua associação. De outra maneira, não!¹⁴

Nesse sentido, o “cisma” entre marxismo e anarquismo se deu ainda nos primeiros encontros de Marx e Proudhon em Paris, regados por vinhos e charutos, onde varavam a madrugada.

Karl também encontra Proudhon, o socialista francês, de quem admira o primeiro livro, 'O que é Propriedade?' Filho de um fabricante de cerveja falido, Proudhon responde: 'A propriedade é um roubo.' Eles têm discussões intermináveis que ocupam a metade das noites. É o estilo anarco-socialista. Rola-se na cama lendo os jornais, levanta-se às cinco da tarde, almoça-se e até as cinco da manhã reconstrói-se o mundo nos bares, vigiados pela polícia, evidentemente. Às vezes, o encontro é na casa de Bakunin, que vive entre uma mala, uma pia e um saco de dormir. Fuma-se e conversa-se, Karl mais do que todo mundo.¹⁵

Posteriormente ao recebimento da carta acima, Marx escrevera uma crítica contundente, resultado da mais profunda e densa erudição filosófica e, ao mesmo tempo, do mais mesquinho e cruel desejo de vingança, (sobre o recém lançado livro *A miséria da*

14 HEILBRONER, 1996, p.147.

15 Os encontros de Proudhon, Bakunin, Karl Marx, Karl Grün, Ewerbeck entre outros se deram no inverno (1844-1845) em Paris. Algumas discussões desses encontros são retratados em: GIROUD, 1997, p. 64.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Filosofia de Proudhon, Marx ironicamente escreveu: *A Filosofia da Miséria*), bem típico de seu temperamento.

O que essa crítica não compreende, pois busca o rompimento absoluto, é a complexidade do pensamento Proudhoniano, que constituiu a base do(s) anarquismo(s) nos séculos seguintes. A crítica aguda que o francês dos paradoxos impôs ao liberalismo e às outras tendências socialistas no século XIX ainda, no que concerne, ao problema contemporâneo das associações anti-capitalistas, não foi superada.¹⁶

Assim, “A clivagem estabelece-se claramente, em meados do século XIX, no campo dos socialismos entre marxismo e anarquismo (...)”¹⁷, antes dos debates entre Bakunin e Marx, na Associação Internacional dos Trabalhadores, onde ocorreu o desfecho vergonhoso imposto pelos marxistas aos coletivistas no congresso de Haia.¹⁸

Nesse congresso, Marx manobrou a organização para que, estrategicamente, fosse feita a degradação da tendência libertária na hoje cidade holandesa, bem distante dos redutos anarquistas, impossibilitando a ida dos libertários e seu mais destacado militante, o homem da retórica que fazia Marx se preocupar,¹⁹ Bakunin. Isso facilitou enormemente a proliferação de calúnias aos libertários acarretando a expulsão dos mesmos da Internacional, sem a menor chance de defesa, já que o único representante de Bakunin, James Guillaume, isolado, nada pôde fazer.

A deliberação do Conselho Geral da Internacional para os EUA em 1872, constituiu-se no marco do que viria a ser o fim da Primeira Internacional, e Marx com a vontade de impor a sua visão única à Associação teve grande responsabilidade neste fato. Por sua vez, esta atitude

16 Cf. SEIXAS, 2001, pp. 57-70.

17 Ibid., p. 69.

18 Sobre a I Internacional me detive apenas a três obras: (WOODCOCK, 1983.) (JOLL, 1977). (BOTTOMORE (org.), Internacionais, pp. 195-200).

19 Para uma versão romanceada, mas não menos válida, do antagonismo entre Bakunin e Marx na I Internacional Cf. GIROUD, 1997, pp. 192-193.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

de Marx também foi um dos motivos pelos quais se reforçou a crítica anarquista aos fundamentos do comunismo que, segundo os libertários, se dava por meios centralizadores, que acarretaria a elitização dos representantes dos trabalhadores e, por consequência, em um Estado autoritário. A revolução Russa, em certo sentido, confirma essa avaliação.

É necessário dizer que, a parte às controversas, havia muitas convergências entre o pensamento libertário e marxista, pois ambos foram forjados nas convulsões sociais do século XIX, tinham o mesmo objeto, a sociedade capitalista, e o mesmo projeto: sobrepujar a exploração do homem pelo homem, porém, por métodos diversos.

Como havia dito a história do anarquismo, principalmente, a partir do século XIX, se delineou, por um lado em oposição ao liberalismo e, por outro, contrário ao marxismo. Tendo isto claro, abro, porém, agora, parênteses na discussão das oposições, principalmente entre as duas tendências socialistas com desejo de não perder de vista o norte da discussão desse capítulo, que pretende se ater a alguns aspectos da *clio* anarquista que considero como fatores importantes, e como forjadores de uma *código ético anarquista*.

Sendo assim, as proposições de Proudhon, grosso modo, concentram os problemas que os seus futuros seguidores e continuadores dos anarquismos no mundo irão se ater. Dessa forma, discorrer sobre o pensamento mutualista de Proudhon é delinear os contornos do pensamento anarquista do século XIX. Bakunin, um dos mais célebres ativistas anarquistas, apesar de suas discordâncias ao grande mestre libertário francês, no que concerne à sua obra e militância que no caso dele não há distinção, estas são muito mais caracterizadas pelas aproximações de idéias do que divergências a Proudhon. É minha pretensão apenas me ater a algumas questões que fizeram parte dos debates das várias tendências anarquistas, como os mutualistas, coletivistas, anarco-sindicalistas, anarco-comunistas, anarquistas individualistas e os anarquistas cristãos só para ficar nas correntes mais conhecidas.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

O levantamento, mesmo que parcial, de tais questões que nortearam o anarquismo além de transmitir uma característica marcante do pensamento libertário que é o de sua liberdade criadora e, por consequência, sua diversidade de tendências, nos mostra também os alicerces donde foi erguida, aos poucos, a ética ácrata ao longo dos anos. Pois foi baseado em alguns princípios descritos acima, construída pelos embates políticos com outras tendências e pela oposição radical aos valores burgueses, que erigiu a “moral anarquista” aqui tomada como objeto de estudo.

Por outro lado, essa exposição torna-se fulcral para a concretização de um dos objetivos desse trabalho que é o de contestar a leitura dos analistas políticos e historiadores que, sob um prisma do marxismo tende, a priori, qualificar o anarquismo como uma utopia social sem vias de concretização. Estes pecam por centrar suas análises nas “conquistas efetivas” dos trabalhadores e, portanto, análises economicistas, dessa forma, acabam por erigir uma história dos vencedores dentro do que chamam de história dos vencidos.

Há, nesse sentido, no contexto dos levantes operários, aqueles que são organizados por uma doutrina dita científica e os outros que são levados pelo “impulso irracional” de revolta contra a dominação. Para tais analistas e historiadores, os primeiros são um estágio mais desenvolvido de organização trabalhista do que o segundo. O primeiro grupo, nessa perspectiva, são os comunistas que são organizados porque não desprezam a via parlamentar burguesa, já os do segundo grupo, são vulgarmente chamados de anarquistas, que é sinônimo de desorganização, por se basear em um conceito de política mais amplo e acreditar no campo político da ação direta, que os comunistas, por sua vez, nem reconhecem como política. Essa linha de análise pode ser derivada de uma avaliação de Marx ao anarquismo, que se encontra no *Manifesto Comunista* escrito em 1848 (quando a relação dele e de Proudhon já estava abalada – no inverno de 1845-46 -, para não dizer rompida):

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Uma parte da burguesia procura remediar os males sociais com o fim de consolidar a sociedade burguesa.

Nessa categoria enfileiram-se os economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficências, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades de temperança, enfim os reformadores de gabinete de toda categoria. Chegou-se até a elaborar esse socialismo burguês em sistemas completos.

Como exemplo, citemos a *Filosofia da Miséria*, de Proudhon.²⁰

Entre tantos escritos de característica passional, tão comum a mente brilhante do “mouro”, como era chamado por suas filhas, o principal fundador do “socialismo científico”, essa talvez seja a mais explícita, excetuando à crítica da *Miséria da Filosofia*, uma reposta bastante reveladora do gênio vingativo e autoritário de Marx à *Filosofia da Miséria* de Proudhon. Percebe-se que, a partir dessas duas obras (*Manifesto Comunista e Miséria da Filosofia*, principalmente), ainda nos primórdios do marxismo, sob a batuta de seu célebre e ecumênico fundador, é que se inicia a vertente crítica, mas tendenciosa do marxismo ao anarquismo. Esse tipo de análise é construído através das décadas, sofrendo reelaborações conforme as circunstâncias históricas, como as do período revolucionário russo em que os anarquistas são, pelos bolcheviques, “sutilmente” excluídos do processo da revolução de 1917. Todavia, outro dado importante nesse processo de oposição entre marxismo e anarquismo, é o do subjetivo, que passa pelos sentimentos humanos e não pela razão.

A política também abrange a dimensão da afetividade, e tal dimensão não pode ser ignorada no processo de análise, quaisquer que sejam os paradigmas, pois corre-se o risco, quase fatal, de deteriorar a interpretação do real. Nesse sentido, o socialismo científico que concebe o anarquismo como um pensamento reformista, ainda por cima, “pequeno burguês”,²¹ excetuando os momentos em que se aproveita da incoerência do pensamento proudhoniano e, em certa medida, do anarquismo como um todo (que se torna incoerente justamente por se tentar colocar as várias nuances e tendências de atitudes e pensamentos no mesmo “recipiente”

²⁰ MARX; ENGELS, 1998, p. 58.

²¹ Ibid., p.58-59.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

de análise dito científico), a crítica marxista desvirtua e adultera os princípios do anarquismo que, nessa perspectiva, é visto como reformista ironicamente por ter uma postura mais extrema, qual seja, a de recusar radicalmente os valores burgueses, inclusive e, principalmente, a via parlamentar. Tratarei desse assunto com mais desvelo no segundo capítulo.

1.3. O anarquismo e a dimensão do campo moral

O anarquismo, como tentei demonstrar acima, é construído sobre outros alicerces, com concepções distintas e, por vezes, contrária às do comunismo, o que de início já nos coloca as análises marxistas que enfocam o anarquismo como um problema de método. As organizações anarquistas se definem, em grande parte, no bojo do movimento operário do século XIX pela oposição ao ideário marxista. O anarquismo não é erigido por um só autor como no marxismo, não tem uma roupagem rígida nem ganhou um respaldo científico ao longo dos anos mesmo com todo esforço teórico de Kropotkin (pois para mim, foi o autor que mais se preocupou em dar um *status* científico ao anarquismo). Pela sua própria essência antiautoritária não há, ao longo dos anos, nem sequer uma tentativa de síntese por parte de seus teóricos. Algumas idéias que são contrárias em si, são vistas e revistas pelos debatedores com igual valor e não podem ser analisadas como uma falta de organização. As divergências no anarquismo não podem ser estudadas por um prisma que não valoriza o debate como é o caso do marxismo ortodoxo, que se caracteriza por uma disciplina rígida por parte do partido ou sindicato e não pela livre expressão e associação dos seus membros.

A partir dos choques que o pensamento e a prática anarquista tiveram com as outras

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

ideologias sociais e com a exploração imposta pela classe dominante no século XIX, que mantinha seu poder graças a disseminação da ideologia burguesa e, por assim dizer, de uma moral conservadora, é que se torna possível vermos a construção de uma ética que se queria lançar os alicerces de uma nova sociedade baseada na igualdade entre os indivíduos. Essa moral que pretendia organizar e, por vezes, conduzir os homens à construção de uma nova sociedade, era uma moral que buscava a mudança.

Nenhum libertário se debruçou tanto sobre o aspecto moral do anarquismo como Kropotkin, e poucos como ele sintetizou as várias tendências, as grandes discussões e os embates que se processaram em torno da idéia de anarquia ao longo dos séculos com tanta clareza. O russo apelidado de “príncipe do anarquismo” devido a sua origem abastada, a elegância e a delicadeza com que enfrentava seus opositores e defendia sua causa, foi responsável pela respeitabilidade que o ideal anarquismo passou a ter em todo mundo depois das funestas atividades dos anarquistas individualistas que pregavam a propaganda pela ação em finais do século XIX e, para tanto, não dispensavam os atentados como meios de conseguir seus objetivos.

Tentou, ao longo de sua vida, com grande empenho sistematizar e organizar de forma racional as várias heranças de pensamentos e práticas anarquistas. Realizou com certo êxito a fundamentação das idéias e objetivos anarquistas dentro das referências do século XIX. Talvez por se tratar de um geógrafo e um estudioso das ciências naturais recebeu grande influência de Darwin, influência essa presente em muitas obras do século XIX. Em um livro intitulado *La Moral Anarquista*²² procura, a partir da idéia de seleção natural de Charles Darwin, um fundamento para o progresso humano argumentando que essa evolução da sociedade, bem como a da vida natural aponta para uma nova reestruturação da humanidade, baseada, ao

22 Cf. KROPOTKIN, 1977.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

contrário do que dizia Darwin, na “ajuda mútua”.

O que assegurava a existência das espécies era antes a solidariedade entre os seres. “Em toda agrupación animal la solidaridad es una ley (un hecho geral) de la natureza, infinitamente más importante que esa lucha por la existencia, cuya virtud nos cantan los burgueses en todos los tonos, a fin de mejor embrutecernos”.²³ Esse espírito de solidariedade, segundo Kropotkin, comum aos seres era o fator de propulsão para a organização de uma nova sociedade. Kropotkin buscava no referencial das ciências naturais e no método indutivo a fundamentação teórica para a prática anarquista com objetivo de transformar o mundo em uma sociedade comunista, isto é, igualitária.

Muito ao contrário do que se pensa, Kropotkin também era revolucionário e, mais do que isso, acreditava que a transformação se construiria a partir da libertação gradativa da forças oprimidas pelo sistema desigual do capitalismo. Ao dizer que a anarquia é a organização natural da sociedade e, portanto, aquela que está mais próxima da “harmonia” social, ele quer com isso demonstrar que esse modo de pensar e de agir anárquico é apenas uma das partes integrantes da nova sociedade que se revelou, mais claramente, através da evolução do homem. Porém, a mudança da sociedade e, conseqüentemente, o estabelecimento do comunismo, só se dará através da ação dos homens, para ser mais preciso, através da ação direta, estratégia política, que pressupõe a solidariedade entre os homens, entre aqueles que são explorados pela desigualdade e impedidos de sua liberdade por isso se revoltam, por estarem privados das condições necessárias ao seu progresso. Porém,

Nada há, de preconcebido no que nós chamamos de harmonia da natureza. (...) A harmonia aparece assim como equilíbrio temporário, estabelecido entre todas as forças, como uma adaptação provisória; e este equilíbrio só durará com uma condição: a de se modificar continuamente representando em cada instante a resultante de todas as ações contrárias. Que uma só destas forças seja contrariada por algum tempo na sua ação, e a harmonia desaparecerá. A força acumulará seu

23 KROPOTKIN, op. cit., p. 34.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

efeito, deve abri caminho, deve exercer sua ação, e se outras forças impedem que se manifeste, não se aniquilará por isso, mas acabará por romper o equilíbrio, quebrar a harmonia, reencontrar uma nova posição de equilíbrio, e trabalhar em uma nova adaptação. Tal como a erupção de um vulcão, cuja força aprisionada acabou por despedaçar as lavas petrificadas, que o impediam de projetar gases, lavas e cinzas incandescentes. Tais são as revoluções.²⁴

Assim, na perspectiva de sua época, Kropotkin buscou nos progressos das ciências naturais a base para o que denominou de “nova ética”.

La Humanidad demanda imperiosamente una nueva ciencia realista de la moral, libre de todo dogmatismo religioso, de las supersticiones y de la mitología metafísica, libre como mismo tiempo por los sentimientos elevados y las luminosas esperanzas que nos da la ciencia actual sobre el hombre y su historia. No cabe duda de que tal ciencia es posible. Si el estudio de naturaleza nos ha dado las bases de una filosofía que abarca la vida de todo el universo, la evolución de los seres vivos en Tierra, las leyes de la vida psicológica y del desarrollo de las sociedades. Esse estudio de la naturaleza debe darnos también la explicación natural del origen del sentido moral.²⁵

A moral anarquista, chamemos assim, é, segundo Kropotkin, uma necessidade que se criou a partir do progresso da ciência e da própria sociedade pelos idos do século XVI. Nesse sentido, em uma sociedade que passou a ser regida pela razão, em que, o homem, enfim, conquistou a autonomia necessária para negar a existência de entidades superiores ao próprio homem, essa sociedade não pode ainda basear-se numa moral religiosa e, portanto, irreal. A moral libertária é, assim, a constatação no campo da ética (uma ética racional) de que a humanidade deve caminhar para a construção de uma sociedade sem autoridade, sem governo, onde o bem comum e a igualdade entre os homens seja o exemplo de conduta a ser seguida.

Essa concepção de moral libertária está relacionada com a eventual constatação por parte da sociedade do progresso científico. Todavia, o progresso técnico nem sempre quer dizer um desenvolvimento (para melhor) das relações humanas, às vezes, pode indicar até mesmo o contrário. Concomitante ao aumento das possibilidades tecnológicas, temos a

24 KROPOTKIN, 2001, p. 30.

25 Id., 1977, p. 56.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

utilização desse avanço apropriado e utilizado para fins privados. Evidentemente, isso ainda não estava tão claro para Kropotkin. O anarquismo, de influência Kropotkiana, apontava para o uso indevido da tecnologia por parte da burguesia, mas, em parte, seu ideal ácrata estava também inserido no contexto da ciência e, por isso, se respeitando os limites da própria época, a crítica anarquista ainda não via o lado negativo da ciência como instrumento de dominação. Entretanto, no próprio século XIX, pode se perceber em alguns pensadores como Nietzsche²⁶ que talvez seja o maior expoente daquilo que foi a desconstrução da ciência como mito, que forneceu as bases para a crítica ao iluminismo e à tecnocracia, em grande parte, realizada pelos Frankfurtianos no século XX.

A moral kropotkiana está fundamentada na perspectiva da evolução qualitativa da sociedade e, assim, por extensão, os homens dessa sociedade em evolução tenderiam como num consenso racional, a perceber que as formas de poder deveriam ser eliminadas. Construir-se-ia novos valores baseados na liberdade individual, na igualdade de condições e na felicidade de todos.

Na procura de definir o objeto que me proponho a estudar e na construção propriamente dita do tema da moral anarquista, cabe dizer que, embora seja evidente o progresso e desenvolvimento tecnológico da sociedade ao longo dos séculos, é sabido, atualmente, que o progresso além de não ser contínuo e compartilhado por todos, é também motivo e legitimação da dominação que se dá, atualmente, pela posse das tecnologias e a utilização privada das mesmas. Essa perspectiva nos é revelada pela experiência contemporânea das guerras, massacres, genocídios, torturas, enfim, uma série de exemplos atrozesses desses tempos ditos modernos que são frutos também da mesma sociedade que

²⁶ Esse argumento é resultado de alguns fragmentos que li da obra de Nietzsche, em especial, "A Gaia Ciência". Cf. NIETZSCHE. *A Gaia Ciência*, 1999.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

produziu os maravilhosos progressos da ciência e as grandes produções do conhecimento.

A moral libertária conclamada por Kropotkin é fundamentada no conceito de “ajuda mútua” que, no entanto, é corrompida pelo próprio progresso técnico utilizado para fins do capital, progresso esse que é um dos alicerces teóricos que sustenta seu raciocínio. Assim, se até um determinado momento o progresso técnico-científico-racional contribuiu para o desenvolvimento social, - o que também é controverso -, na perspectiva de que, rompeu com os mitos e crenças de entidades superiores que comandavam inexoravelmente o destino dos homens e, portanto, possibilitou a esses, a partir daí, a “autonomia” de suas ações, destruiu as religiões (que de um modo geral, legitimava a aceitação passiva da autoridade instituída), erigindo no lugar outros ídolos, a dos conhecimentos técnicos que marginaliza a grande maioria dos povos. Nesse sentido, a ciência tornou-se um eficiente instrumento de dominação.

Nessa perspectiva, a divisão do trabalho entre racional e manual se acentuou, tornando-se aquele inacessível a todos e restrito à minoria privilegiada e este tornou-se a única alternativa de um parte da maioria, pois a outra se constitui nos excluídos da história que nem condições de vender a única coisa que lhes restam, a força de trabalho, têm. Dessa forma, o instinto natural da “ajuda mútua” do homem, no qual Kropotkin se contrapõe a idéia Darwinista de “seleção natural”, mesmo se considerando toda a sua coerência e engenhosidade, não se sustenta à luz dos acontecimentos do século XX, século este, justiça seja feita, que Kropotkin só presenciou por 21 anos.

A concepção de moral anarquista desse estudo está inserida no mesmo contexto dos estudos de teóricos da época da reprodutibilidade técnica como Adorno, Benjamim, Claude Levi-Strauss e outros²⁷, que tende a ver o avanço técnico com mais desvelo, não relacionando-

²⁷ Esta citação deseja apenas situar o campo teórico em que se forma o tema desta monografia. Não pretendo, porém, colocar a diversidade teórica dos autores citados no mesmo invólucro conceitual, até porque creio, modestamente, não ser possível. No entanto, resguardando-se as devidas diferenças, tais autores fazem críticas contundentes ao progresso, a ciência e ao tecnicismo, assim, como é minha pretensão rejeitar a

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

o diretamente com uma evolução qualitativa da sociedade, ao contrário de uma percepção positiva ou mesmo ingênua de progresso que tendia a ser mais freqüente no século XIX.

Kropotkin, que tem uma influência mais acentuada do darwinismo, pelo menos pelas leituras atuais que tenho sobre o assunto, não pode ser enquadrado, porém, na mesma perspectiva dos autores naturalistas e evolucionistas. O progresso, para Kropotkin, era apenas um sustentáculo de sua argumentação e estava ligado também a uma certa maturidade da sociedade que perceberia, com um maior nível de conhecimento, que o sentido que leva a felicidade de todos não estava relacionado com a busca pelo lucro e sim na solidariedade, na “ajuda mútua”, na igualdade de oportunidade, na divisão das obrigações para satisfação das necessidades e na autonomia do indivíduo e, conseqüentemente, ao fim das formas de poder. Embora rejeite essa idéia, por me respaldar numa concepção, um tanto que negativa, de progresso e ciência, que se formou com mais ênfase a partir da 2ª Guerra Mundial, é inegável a consistência teórica na construção conceitual de sua “Moral Anarquista”.

Diferentemente do interclassismo da definição kropotkiana que é, em última instância, a adesão da sociedade e aceitação por parte desta de uma moral desenvolvida e elevada, de uma conduta que visa o todo, o tema da moral anarquista que se pretende expor aqui, é definido e localizado em determinado espaço social, em determinada época e circunscrito pelo conjunto das relações sociais que formam um certo tipo de conduta de vida, que se diferencia, às vezes, em contraposição a outras formas de comportamento. Assim, o período histórico estudado é a Primeira República com enfoque na década de 10, onde os traços de condutas são mais contrastantes de classe para classe, motivado pelos confrontos do período. O espaço

Moral Anarquista concebida por Kropotkin que se respalda numa concepção positiva e, até certo ponto, ingênua de progresso e de ciência, achei por bem, revelar meus paradigmas, no que concerne a esta questão, mesmo ciente de que é uma discussão paralela onde, nem de longe, esse trabalho pretende alcançar. Cf. (BENJAMIN, “O conceito de história” e a “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”, 1987), (ADORNO; HORKHEIMER, “Conceito de Iluminismo”, 1999). (LEVI-STRAUSS, 1952).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

estudado é a cidade de São Paulo com uma visão mais concentrada nas “vilas operárias higiênicas”²⁸ (de acordo com os limites espaciais impostos pelos próprios documentos privilegiados, qual seja, os periódicos anarquistas²⁹), que se baseavam na especulação imobiliária e na arquitetura eugênica que foi marginalizando os operários em determinados bairros separados do centro e mais próximos das fábricas.

A moral anarquista da qual essa pesquisa pretende dar uma pequena contribuição advém das relações em comum que os trabalhadores de São Paulo compartilhavam. Nessas relações se acrescenta um certo projeto político em gestação que vai se formando a partir da ação e propaganda dos anarquistas. Os libertários, dessa forma, passaram a ter uma grande influência na classe trabalhadora urbana que se formava com os inícios do projeto imigratório e das indústrias manufatureiras que estavam mais concentradas no Rio de Janeiro e São Paulo. Esse projeto político - tanto racional como afetivo - libertário pretendia formar um “novo homem” que construiria uma nova sociedade igualitária e livre.

Para tanto, era necessário formar esse novo homem conscientizando-o dos males da opressão capitalista. Esse objetivo, em parte, foi levado a cabo pela propaganda dos ideais anarquistas através dos periódicos escritos e administrados, com muita obstinação, por militantes como Neno Vasco, Gigi Damiani, Edgard Leuenroth e tantos outros,³⁰ contando também com a ajuda e financiamento dos operários. Assim, não é por acaso que essa pesquisa buscou nesses periódicos compreender a vida desses trabalhadores e o processo de

28 “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia – 1893”, In: *Relatório do Intendente Municipal*, São Paulo, Tip. A. Vap. De Espindola, Siqueira e Companhia, 1894. Apud. DECCA, 1987. Sobre o tema das habitações operárias Cf. DECCA, op. cit., p. 57.

29 Se privilegiou os diários: *O Estado de São Paulo*, 1917, e *O Combate*, 1917, os semanários e quinzenários: *O Amigo do Povo* 1901-1904 e *A Plebe*, 1917.

30 “Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil”. Coordenado pelas Professoras Doutoras Jacy Alves de Seixas e Christina Roquette Lopreato do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História Política (NEPHISPO). (Em fase de execução).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

“formação” e recepção das idéias (no que diz respeito apenas ao tipo de conduta preconizado), libertárias que estavam, por um lado, intimamente condizente com a própria experiência dos trabalhadores. O objetivo era perceber o que essa união inédita de ingredientes políticos, sociais, culturais, morais, afetivos formava e se diferenciava do padrão oficial que se queria introjetar, com o projeto de nacionalização e cooperação das classes, um ajuste social que se apresentava como um benefício para todos e próprio da índole do brasileiro.³¹

Por outro lado, a moral anarquista que se constituiu da experiência das relações da classe trabalhadora e da influência preponderante do ideal libertário no seio dessa classe em formação, produziu uma oposição radical aos valores burgueses autoritários da Primeira República, tornando-se um contraponto crítico à hegemonia política e econômica que se baseava na dominação dos coronéis. A corrosão dessa hegemonia, já se dá a partir dos anos 10, marcando o fim da Primeira República que se desintegrou, em grande parte, frente ao novo espaço conquistado, aos poucos, pelos trabalhadores apoiados na estratégia da ação direta que para além da oposição econômica se opunha com igual ou maior furor à conduta e valores burgueses.

A moral anarquista, assim, advém das relações e oposições do cenário político da Primeira República que teve o importante desempenho e atuação dos anarquistas. É nos periódicos que se mostra mais nítida o objetivo, por parte dos militantes anarquistas, de formar uma certa consciência libertária no trabalhador. Todavia, esta consciência se forma para além do campo racional, atingindo também o campo dos valores e da afetividade. Em especial, no

31 Refiro-me aqui às iniciativas cooperativistas de industriais e políticos que buscavam se antecipar às greves operárias autônomas, essas medidas preventivas que se tornou política estatal a partir de 1934, no governo Vargas foram motivadas pelas experiências das organizações operárias, com a predominância da ação direta, mais constantes na década de 10. Sobre essa temática uma importante e atual referência é a obra de: PARANHOS, 1999. E acerca da discussão da índole pacata do trabalhador que se queria introjetar na representação dos brasileiros e no estrangeirismo que se queria caracterizar negativamente a influência das idéias sociais nos trabalhadores Cf. CARNEIRO, 1999 (Monografia apresentada no INHIS da UFU).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

periódico *O Amigo do Povo* (no qual esse trabalho se concentrou por uma série de motivos, entre eles também se destacam o tempo exíguo e as dificuldades comuns para um iniciante na técnica da pesquisa), pode se perceber mais claramente o projeto político anarquista de se formar um “novo homem” em vários sentidos. Nessa monografia, me atenho mais especificamente a um certo padrão de conduta libertária que esse “novo homem” “tinha” que perseguir e nas interdições que, no último capítulo pretendo abordar e esboçar um argumento de que se tratava de um conjunto de condutas que se baseavam no que, prematuramente, pode-se definir como uma *ética de mudança*, pois se pretendia opor radicalmente aos valores burgueses autoritários.

Essa oposição se dava na mesma linguagem e com os mesmos instrumentos mentais³² que também dispunham as outras classes como a burguesia urbana em formação, daí uma certa proximidade da moral ácrata com o alvo de suas críticas, os valores burgueses. Todavia, essas contigüidades jamais foram mais relevantes e constantes que suas diferenças. A burguesia urbana e a classe operária se delimitavam em campos opostos onde o padrão de conduta burguês objetivava se estabelecer como um padrão universal e, para isso, tinha um “projeto” apenas reformista, em que os interesses da burguesia urbana passaria a ter preponderância no jogo de forças pelo poder. Em oposição, a conduta de vida defendida pelos anarquistas, que era de influência preponderante à classe trabalhadora na década de 10, buscava circunscrever os parâmetros de um “novo homem” para a construção de uma nova sociedade, isto é, *almejava* a transformação completa da sociedade a qual viviam.

32 Aqui cabe uma referência, já que essa argumentação é, indiretamente, tributária das importantes leituras que fiz de (Cf. FEBVRE, 1970), Cf. BAKHTIN, 1987) e (Cf. GINZBURG, 1998, principalmente, o seu prefácio à edição italiana).

CAPÍTULO II

ANARQUISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA:

O PARADIGMA MARXISTA EM QUESTÃO

Os papas têm tido ao menos como desculpa a verdade absoluta que diziam ter em suas mãos além da graça do Espírito Santo na qual acreditavam. O Sr. Marx não tem essa desculpa, não lhe farei a injúria de pensar que ele imagine ter cientificamente inventado algo que se aproxime da verdade absoluta. Mas, na medida em que o absoluto não existe, não pode haver para a Internacional dogma infalível, nem, portanto uma teoria política ou econômica oficial, e nossos congressos não devem nunca pretender assumir o papel de concílios ecumênicos proclamando princípios obrigatórios para todos os adêptos e crentes.

(Michael A. Bakunin)³³

2.1. A obliteração da história libertária e a construção da memória oficial

Nesse capítulo, a intenção é procurar entender como e por que a historiografia operária brasileira durante muito tempo privilegiou apenas o espaço institucional de luta política, representado muitas vezes pelas fábricas, sindicatos ou partidos políticos, obliterando aspectos importantes e constituintes do processo político brasileiro. Dentre esses, pretendo destacar o aspecto da moral anarquista que se constituiu no processo da luta de interesses políticos opostos.

Na historiografia operária brasileira (pelo menos aquela que trata do movimento operário antes das greves metalúrgicas do ABC, considerada a fase adulta do movimento operário no Brasil) há um marco que impera: o do golpe de Getúlio Vargas em 1930. O enfoque dado pelos historiadores à política trabalhista, implantada por Vargas através da CLT

³³ BAKUNIN, 1999, p. 146.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

que promove uma política de concessões de cunho populista minando a combatividade e a autonomia da classe trabalhadora, provoca uma distorção dos fatos históricos, principalmente, no que concerne, às organizações operárias da Primeira República. A política de concessões de Vargas, denominada populista, está ligada a um processo histórico de lutas sociais e de conquistas operárias, sobretudo as greves sob a organização anarquista na década de 10.

Nesse estudo, pretendo avaliar o peso dessas interpretações históricas³⁴ e o que de grave isso causou à história do anarquismo na Primeira República. Procuro também apontar para o problema de se usar o referencial marxista,³⁵ pelo menos aquele de tradição ortodoxa característico da Terceira Internacional.

Desde o final do século XIX, podemos perceber, através de análise do pensamento político brasileiro, de que havia um projeto nacional que buscava através de um discurso conciliador unir as muitas diferenças que marcavam toda extensão do imenso território brasileiro. Havia o projeto de branqueamento da sociedade arquitetados pelos teóricos naturalistas que, na perspectiva do ideário de progresso buscava “civilizar” a sociedade brasileira. Assim, a vinda dos imigrantes para trabalhar na economia cafeeira e na pequena indústria que surgia nos principais centros urbanos tinha também um sentido que perpassava o pensamento racista do século XIX.

Que assuntos são esses que preocupam a elite intelectual brasileira? A Abolição, o aproveitamento do escravo como proletário, a colonização estrangeira, a consolidação da República. Só é possível conceber um Estado nacional pensando-se os problemas nacionais. No entanto, se a Abolição significa o reconhecimento da falência de um determinado tipo de economia, ela não coincide ainda com a implantação real do trabalho livre, ou sequer apaga a tradição escravocrata da sociedade brasileira. Por outro lado, a nação vive o problema da imigração estrangeira, forma através da qual se procura resolver a questão da formação de uma economia capitalista. A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. Nesse sentido, as teorias

34 Baseado nas análises de (Cf. VEZENTINI, 1997).

35 Entre outros autores que trabalham com esse referencial marxista ortodoxo destaco: (Cf. RODRIGUES, 1966), (Cf. Id. 1974), (Cf. FAUSTO, 1974) e (Cf. Id. 1983).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

“importadas” têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado elas justificam as condições reais de uma República que se implanta como nova forma de organização político-econômica, por outro possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro. É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira.³⁶

Esse processo de nacionalização ganha força a partir da Primeira Guerra Mundial, com o clamor patriótico que se forjou nesse período. É importante, no entanto, perceber que tanto o darwinismo como o positivismo influenciou também, de forma diferente, no Brasil as idéias sociais.

“O caráter teórico dominante presente na genealogia do socialismo e do anarquismo em São Paulo e no Rio de Janeiro na última década do século passado, assim como a proeminência então atribuída, no plano das práticas em formação a fim de 'civilizá-las', são claramente tributárias de toda uma cultura positivista florescente na Europa do século XIX. Nas duas últimas décadas do século, o positivismo e o darwinismo social impõem-se igualmente à esquerda (...)”³⁷

O projeto nacionalista do Estado também não pode ser compreendido se se ignorar a oposição dos anarquistas, herdeiros de uma tradição cosmopolita, ao discurso patriótico oficial. “A deflagração da guerra na Europa... levou os anarquistas brasileiros a lutarem, mais do que nunca, pelo movimento contra a guerra e o militarismo”.³⁸ Dessa forma, a moral anarquista vai se configurando numa relação de oposição às ideologias do Estado, formando-se sob a luz de outros paradigmas que não os da sociedade capitalista, mas também se desenvolve impregnado pelo imaginário político que era comum a todas as diferenças. “Em outros termos, a dimensão política do discurso anarquista só pode ser bem situada quando vista em contraposição ao próprio discurso de criação da nacionalidade que vinha sendo tecido ao longo da primeira república”.³⁹ Sem esquecer, porém, que ambos os discursos eram frutos da mesma sociedade, respiravam o mesmo ar e eram delimitados pelos mesmos horizontes

36 ORTIZ, 1986, pp. 30-31. O grifo é meu.

37 SEIXAS, 1995, p. 133.

38 DULLES, 1977, p. 37.

39 GOMES, 1994, p. 90.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

mentais.

Há um fato bastante interessante ocorrido no final do século XIX, envolvendo imigrantes italianos de classes diferentes, que ilustra que o fator de classe era mais importante para os imigrantes italianos, pelo menos para os trabalhadores influenciados pelas idéias socialistas, do que a identificação patriótica.

A Unione Meridionale do Bom Retiro, sociedade composta de péssimos elementos, e orientada por Nicolau Matarazzo, promoveu, para o dia 20 de setembro de 1898, a comemoração da data patriótica italiana. Os anarquistas e socialistas combateram a idéia, e distribuíram manifestos mostrando que a data não tinha uma significação patriótica, mas liberal, por simbolizar a queda do poder temporal dos papas.⁴⁰

Os novos brasileiros, constituídos de imigrantes oriundos da Europa, em sua maioria, vindos da Itália, se identificavam uns com os outros de acordo com a condição econômica e não com a nacionalidade, eram, na perspectiva de Foot Hardman⁴¹ “desterrados” que encontraram na ideologia anarquista o cimento e o alimento para seus projetos e sonhos. Isso, em parte, explica a composição de classe operária na Primeira República que era formada por várias etnias e culturas diversas. As relações sociais se baseavam na condição sócio-econômica e geográfica superando, às vezes, até mesmo as dificuldades linguísticas de comunicação. Havia periódicos escritos em várias línguas que buscavam alcançar e ampliar o horizonte da militância operária. A imprensa era o meio mais eficaz de propagação e consolidação do ideário anarquista, mesmo levando-se em conta o alto grau de analfabetismo,

(...) mais importante que o sindicato, o jornal constitui um dos principais centros organizatórios anarquistas e de difusão da propaganda. Veículo de expressão escrita, transforma-se também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta para os trabalhadores analfabetos.⁴²

Nesse sentido, o anarquismo foi a “ideologia” que mais abarcou os diversos campos

40 “ ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje”. **A Plebe**. São Paulo 31-05-1919, pp. 3-4. (AEL), apud. PINHEIRO; HALL, 1979, volume 1, p. 25.

41 Cf. HARDMAN, 1984.

42 FAUSTO, 1983, p., 91.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

sociais, talvez devido a sua dupla herança iluminista e herética. O pensamento anarquista teve sempre um forte apelo ético-moral e influía enormemente no comportamento do seu público alvo: os trabalhadores. Na década de 1910, principalmente, o ideário anarquista que passa a ser difundido mais intensamente a partir do Congresso Operário Brasileiro de 1906, onde através de seus militantes e oradores o anarquismo se impõe perante às outras tendências socialistas e “amarelos”.

Essa consolidação também se dá no plano moral se opondo aos ideais do Estado burguês, autoritário, nacionalista e patriota. Por conseguinte, o anarquismo enquanto código moral se opunha a todas as facetas do Estado burguês brasileiro que, na Primeira República, tinha ainda uma conotação oligarca imposta pelos produtores de café. Devido aos grandes lucros da superprodução no período posterior à Primeira Guerra começa a motivar as grandes inversões⁴³ de capitais que, concomitantemente, com a Europa ainda desestruturada pela guerra, fomenta no Brasil a substituição de importações manufaturadas impulsionando a indústria local e, logo os industriais com as constantes greves no setor irão pressionar o governo para que este se responsabilize pelas reivindicações dos trabalhadores. Essa miscelânea de fatores contribuem para que, aos poucos, as rachaduras do sistema oligárquico sejam insuperáveis. E os trabalhadores têm grande parte nesse feito.

No plano institucional, a política das províncias mostrava-se cada vez mais inapta. O golpe de 30 foi uma consequência de grandes transformações ocorridas na Primeira República. A política dos coronéis se mostrou inoperante ao lidar com a ebulição sócio cultural que são representadas em grande parte pelas associações operárias de organização anarquista. As crises estruturais provocada pela baixa do preço do café, em idos do século XX, foi apenas um golpe de misericórdia à estrutura oligárquica já abalada. Assim, essa estrutura política foi

⁴³ Cf. FURTADO, 2000.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

levada a cabo pelo crescimento de uma classe média urbana, que passava desde então a reivindicar uma maior participação no plano político institucional, conquistando, através de acordos com outras forças políticas, a possibilidade de implementar o seu projeto burguês-nacionalista.

A crise da Primeira República, por outro lado, aconteceu devido a pressão sofrida pelas greves que mobilizaram a opinião pública⁴⁴ para a “questão social” que até então era vista como “caso de polícia”⁴⁵. Vários industriais começaram a promover, juntamente com influentes parlamentares, a implantação de um projeto corporativista para a classe trabalhadora. O “trabalhismo” de Vargas, nesse sentido, faz parte de um processo que já vinha em andamento desde a década 10, motivados pela pressão dos trabalhadores organizados através da ação direta anarquista.⁴⁶

A revisão desses fatos históricos é de suma importância para se perceber que o ano de 1930 não representa uma grande mudança como nos faz pensar boa parte de nossa historiografia.⁴⁷ Vargas apenas implantou institucionalmente uma política que já vinha sendo arquitetada e posta em prática como medida preventiva às greves, por industriais como Jorge Street e por políticos como Sarandy Raposo.⁴⁸ Essas medidas baseavam-se no lema: *ceder pouco para não perder tudo* e visava evitar as pressões trabalhistas organizadas pela estratégia política da ação direta, com o exemplo das constantes greves no final da década de 10.

O mito da outorga que se cultivou a partir do golpe de 30 oblitera toda a importância

44 Cf. LOPREATO, 2000.

45 Para saber sobre a origem desse termo Cf. LOPREATO, 2000, p., 209 (nota de rodapé: 418). E também: Cf. Prefácio: FILHO, Evaristo de Moraes. In: GOMES, 1979, p., 15.

46 No que concerne à política cooperativista, é bom lembrar do congresso pelego de 1912, cujo presidente honorário era Hermes da Fonseca, o então Presidente da República, assim, embora, as investidas cooperativistas tenham se intensificado a partir dos anos 20, já na década de 10, os sindicatos “amarelos” tinham uma atuação considerável e já havia a tentativa de controle dos trabalhadores por parte de alguns governantes.

47 (Cf. RODRIGUES, 1966. Id. 1974). (Cf. FAUSTO, 1974; Id. 1983).

48 Cf. PEIXOTO, 1990.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

que a classe trabalhadora tem no processo histórico da Primeira República, bem como os espaços políticos que conquistou numa época em que, nem ao menos, os limites do público e do privado ou mesmo, dos direitos e deveres, principalmente, dos trabalhadores estavam definidos. Não havia uma via única, como nos faz pensar a linha historiográfica que supervaloriza o golpe, ou mesmo um consenso político na Primeira República que levou direto ao pós 1930. Havia outras possibilidades, contradições e embates onde a classe trabalhadora se mostrou atuante, que poderiam ter resultado em outros rumos para o Brasil.⁴⁹

No campo das representações, utilizando-me de documentos da imprensa que pretendo me ater com mais afinco no capítulo seguinte, mostra que o imaginário da Primeira República era constituído por várias correntes de pensamentos. O projeto nacionalista era duramente criticado pela imprensa operária anarquista que exortava uma visão cosmopolita da sociedade contrapondo-se ao nacionalismo burguês. Esse debate representa apenas uma mínima parte das contradições que compunham o contexto da Primeira República e revela que a luta pela hegemonia de pensamento se deu também em outros campos da política. Pretendo aqui me ater ao campo da moral, dos valores que moldavam a sociedade paulistana e, por extensão os grandes centros industriais da Primeira República, onde foi preponderante a participação anarquista.

Contra os historiadores que se apoiam no mito da outorga ou mesmo destacam exageradamente o ano de 1930, existe uma série de trabalhos como os de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, Angela de Castro Gomes e, mais recentemente, *O Roubo da Fala* de Adalberto Paranhos, entre outros, que se propõem a revisarem o significado da chamada era Vargas e, por conseguinte, o seu impacto na memória coletiva que se forjou a partir daí.

49 Cf. DECCA, 1981. Edgar de Decca em sua análise contextualiza o modelo teórico utilizado por vários historiadores, como cita; o lugar do discurso e a estratégia política do discurso historiográfico, bem como as condições históricas que favoreceram a aplicação do modelo teórico marxista de revolução burguesa sem sua temporalidade, de forma que, escamoteasse a luta de classes do processo histórico em questão.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

... é inegável que a 'concessão' de Vargas, cumpriu, entre outras a função de amortecedor do impacto das lutas de classe. Por outras palavras, reforçou a estratégia de tentar apagar da memória política dos trabalhadores as lutas que, desde o século passado – século XIX -, vinham desenvolvendo pelo reconhecimento de seus direitos, lutas essas que assinalaram, mais ou menos profundamente, a ação do proletariado urbano durante toda a Primeira República até meados da década de 30.⁵⁰

O mito em torno de Vargas em determinadas análises marxistas reivindica um estatuto de cientificidade quando subverte o golpe de 30 transformando-o em Revolução Burguesa de 30. Segundo orientações da 3ª Internacional, nos países que não tivessem tido ainda uma revolução da burguesia, o partido comunista deveria apoiá-la.

Os comunistas pretendem chegar ao comunismo pelo caminho único da revolução proletária. Mas, para chegar lá, dizem, é preciso vencer algumas etapas, conquistar aliados. Primeiro – no caso brasileiro – há que se fazer uma revolução anti-imperialista e anti-feudal com a ajuda dos camponeses e da pequena burguesia. "Frente Única", essa é a palavra de ordem lançada pela Internacional Comunista e repetida pelo PC.⁵¹

Assim, através de uma análise etapista e por assim dizer equivocada da história, o fato histórico é remodelado segundo perspectivas e interesses do momento. A partir desses artificios, forja-se uma memória oficial em que impera o concílio entre as classes, apaga-se assim as lutas sociais do início do século, invertendo o que foram conquistas para concessões trabalhistas de um presidente carismático.

As leis trabalhistas, representada pela CLT de 1934, só se tornou realidade graças as lutas entre industriais e trabalhadores que tiveram uma repercussão muito negativa na opinião pública. Dessa forma, o descentralismo da política dos coronéis se mostrava ineficaz, na perspectiva burguesa, para conter as manifestações sociais. Nesse contexto, os trabalhadores buscavam seu espaço tal qual a classe média urbana começou a reivindicar uma maior participação do Estado, exigindo-lhe uma administração que enfocasse o todo, o nacional.

50 PARANHOS, 1999, p. 25.

51 PEIXOTO, 1990, p., 57.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Nos anos 20, começa-se a forjar mais intensamente a identidade nacional brasileira dentro de uma perspectiva burguesa, focando na segurança pública e reivindicando que o Estado tomasse para si o problema da questão social. Esse projeto burguês teve como contraponto as manifestações operárias que, porém, já se caracterizavam pela desestruturação devido, em grande parte, a repressão policial, ao crescimento dos sindicatos cooperativistas e à fundação do partido comunista que preferiu se aliar à burguesia aos anarquistas, segundo os mandamentos da 3ª Internacional.⁵² Os anarquistas, por sua vez, foram empurrados à margem do processo na década de 20 que, culminou com o golpe e depois com o Estado Novo, donde o PC passou à ilegalidade.

2.2. Problema historiográfico: O referencial marxista como fator deturpador da ação direta e a possível positividade do conceito espontaneísmo.

O anarquismo no Brasil é geralmente estudado sob uma perspectiva marxista. É inegável a riqueza interpretativa do socialismo científico e do rigor do pensamento de Marx. É, sem dúvida, um referencial muito importante para a análise do capitalismo e, por conseguinte, da classe trabalhadora. No entanto, a partir da divulgação da genialidade de Marx que conquistou adeptos fiéis nos quatro cantos do mundo e, principalmente, posterior a Terceira Internacional e a criação do Instituto Marxismo-Leninismo na URSS, o marxismo passa a ter status de ciência que pretende abranger todas as áreas do conhecimento humano.

⁵² Cf. PEIXOTO, 1990.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Assim, o marxismo ganhou um ranço teórico que se transformou num arcabouço extremamente rígido que só a partir dos anos 50 ou mais precisamente a partir de 1956, quando da revelação dos crimes de Stálin, o partido comunista no mundo e a ideologia como um todo deixou de ser um referencial infalível

Assim, entre outros, através da Filosofia dos Frankfurtianos, do existencialismo de Sartre e da nova historiografia inglesa, principalmente com os trabalhos de Thompson buscou-se romper com os mecanicismos herdados do capitalismo de Estado implementado por Lenin e consolidado por Stalin. Mesmo com essa revisão da teoria marxista, conceitos como organização e disciplina permaneceram como dados paradigmáticos que avaliam a “consciência de classe” dos movimentos operários. Sendo assim, os movimentos operários são divididos entre organizados / espontâneos, movimentos políticos / apolíticos sendo os primeiros um estágio mais evoluído da mobilização operária.

Por outros parâmetros, a concepção anarquista não submete o indivíduo a nenhuma associação, a nenhum grupo ou Estado. Nas várias formulações anarquistas ao longo dos anos, desde Godwin a Kropotkin passando por Proudhon, Bakunin e Malatesta, a ação política não se dá por qualquer que seja a instituição ou por representação, mas pelo indivíduo, pelos próprios sujeitos históricos autônomos diante da coletividade que fazem parte. Os anarquistas lutavam pelo direito da livre associação e rejeitavam a representação partidária, Proudhon, embora tenha sido um “homem de paradoxos” pois foi por algum tempo parlamentar, todavia quando foi eleito declarou:

Quando penso em tudo o que escrevi, tudo o que publiquei durante dez anos sobre o papel do Estado na sociedade, sobre a subordinação do poder a incapacidade revolucionária de governo, sou levado a crer que minha eleição, em junho de 1848, foi efeito de um equívoco por parte do povo.⁵³

A revolução, segundo Proudhon, era fruto da solidariedade dos indivíduos, a revolução

53 PROUDHON, “A Propriedade é um roubo”, 20001, p., 33

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

não poderia ter um dono, um autor, um partido, um sindicato, pois se assim fosse não representaria a totalidade das forças em combate, aliás não poderia ter representação. “Uma revolução verdadeiramente orgânica, produto da vida universal, mesmo que tenha seus mensageiros e seus executores, não é verdadeiramente a obra de ninguém”.⁵⁴

Também para Bakunin, a revolução social tem um caráter espontâneo, é fruto de uma vontade “natural”,

as revoluções nunca são feitas nem pelos indivíduos nem mesmo pelas sociedades secretas. Elas se fazem por si próprias, produzidas pela força das coisas, pelo movimento dos acontecimentos e dos fatos. Elas se preparam durante muito tempo na profundidade da consciência instintiva das massas populares, depois explodem, suscitadas aparentemente por causa fúteis. Tudo que uma sociedade organizada pode fazer é, primeiramente, ajudar o nascimento de uma revolução difundindo entre as massas idéias correspondentes aos instintos das massas de organizar, não o exército da revolução – o exército deve ser sempre do povo -, mas uma espécie de estado-maior revolucionário composto de indivíduos dedicados enérgicos, inteligentes e, sobretudo, amigos sinceros, e não ambiciosos nem vaidosos, do povo, capaz de servir de intermediário entre idéia revolucionária e os instintos populares.⁵⁵

O espontaneísmo, pela concepção anarquista, está ligado a esse conceito de revolução, organizações/associações espontâneas significa a autonomia dos indivíduos que não são representados por ninguém, está relacionado com a livre iniciativa, eles próprios se representam em busca de um sonho que lhes são comum, de um objetivo que ambos compartilham. Assim, a ação não é definida pelo grupo, ou pela classe e sim pelo indivíduo, a organização se realiza de baixo para cima, do indivíduo para o coletivo. A coletividade é determinada pelo indivíduo, pelas falas, pelas opiniões, enfim; pelas ações dos sujeitos, pelo “instinto natural” dos oprimidos. Na organização anarquista, os líderes, a direção, tem uma outra conotação.⁵⁶

54 PROUDHON, “A propriedade é um roubo”, 2001, p., 116

55 BAKUNIN, 1999, pp., 141-142

56 Sobre a organização operária há uma discussão preliminar e, portanto, bastante sintética em: (ANTUNES, 1981, pp., 40-45/54-57), onde o autor numa perspectiva marxista – e olha que bem mais arejada – tem a mesma avaliação daqueles que acham que a organização anarquista é “inferior” a comunista, por rejeitar a “via política” se tornando, assim, uma luta meramente economicista e, portanto, “reacionária”. Podemos

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Em sua obra *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières*, de 1864, Proudhon é esclarecedor ao falar sobre a espontaneidade dos movimentos populares, embora as idéias que agitam as massas geralmente são provenientes de pensadores, “mas falta muito para que todo pensamento de que se apodera o indivíduo se aposse mais tarde das populações, entre as idéias que as empolgam, falta muito para que elas sejam justas e úteis”⁵⁷. Num texto de Bakunin, o autor tal qual Proudhon critica os métodos comunistas, se referindo principalmente a Marx a quem se deve a responsabilidade de o ter excomungado do congresso de Haia e da Internacional. Em resposta a esses acontecimentos, podemos notar a proximidade de pensamento entre Bakunin e Proudhon. Por maior que seja a genialidade do teórico, a teoria jamais conseguirá abarcar todas as nuances da realidade, jamais se poderá controlar através de um programa revolucionário a complexidade do processo histórico.

Qual o homem, qual o grupo que ousaria gabar-se de poder abarcar e compreender a infinita multiplicidade de interesses, de tendências e de ações tão diversas em cada país, em cada província, em cada localidade, em cada profissão e cujo imenso conjunto, unido mas não uniformizado por uma grande aspiração comum e por alguns princípios fundamentais que passaram para a consciência das massas, constituirá a futura revolução social?⁵⁸

A verdadeira revolução social, segundo os anarquistas, é aquela feita pelo povo em nome do povo, tendo o povo por fim, jamais pode ser controlada ou dirigida, ela é espontânea. Se o processo revolucionário passa a ser dirigido por supostos representantes do povo, o processo deixa de ser revolucionário e passa a ser reacionário, voltado para a manutenção da dominação provisória que se conseguiu no processo de revolução. Embora nem Bakunin muito

notar aí, uma reprodução do Manifesto Comunista: - “A organização do proletariado em classe, e, portanto, em partido político,...” (MARX;ENGELS, 1998, p., 40) a luta política para Marx só se dava mediante o partido político, o momento em que a classe operária organizada passaria das lutas econômicas (“consciência em si”) para a luta política (“consciência para si”)- uma herança fria que não resgata o contexto afetivo e pessoal que Marx e Engels viviam no período (1848), logo após o rompimento com Proudhon. Estava em jogo, nesse momento histórico, a liderança dos sindicatos e associações. Uma luta no campo do socialismo pela hegemonia entre os trabalhadores estava sendo travada.

57 PROUDHON, “A propriedade é um roubo”, 2001, p., 115

58 BAKUNIN, 1999, pp., 153

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

menos Proudhon tenham vivido a época da Revolução Russa, o pensamento anarquista de ambos é clarividente quando olhamos para a Revolução de 1917, e toda a opressão que se deu a seguir, aos rebeldes organizados por Makno, a adoção do Taylorismo por Lênin, e a proposta vencedora de Stalin de revolução em um só país.

É o bastante para concluirmos, segundo uma leitura anarquista de revolução, que a de 1917, jamais se concretizou como uma revolução para o povo. O seu impulso natural, a autonomia dos trabalhadores no processo foi estancada, controlada, não teve um caráter espontâneo, foi uma revolução se assim podemos chamá-la, que falhou em seus objetivos. Dessa forma, pretendo comprovar que ao se estudar os movimentos anarquistas é problemático tratarmos o conceito espontaneísmo de acordo com uma concepção que o anarquismo sempre fez oposição, qual seja, a estratégia rígida do partido comunista.

Essa questão é muito cara ao anarquismo de maneira geral, pois é justamente no que diz respeito à organização que as concepções anarquistas batem de frente com a concepção marxista de liderança e de partido. Os historiadores e analistas políticos, de uma forma geral, mesmo inconscientemente, baseados numa concepção marxista de organização, colocam o anarquismo como uma corrente de pensamento “utópica”, sem organização, que gerou ao longo da história apenas movimentos economicistas relegando a luta “política”. Essas concepções carregam em si uma série de corolários, dos quais tentarei minimamente apontar alguns. Há de se ter em mente um primeiro problema fulcral para essa discussão: organização pressupõe autoridade? O debate gira em torno dessa proposição, pois se a resposta for sim, podemos dizer que as organizações anarquistas foram e são utópicas, porém essa última afirmação nos leva a um outro problema que deve ser também matizado: o que é utopia? Utopia é o mesmo em todos os tempos? O conceito de utopia também deve ser historicizado.

Antes de me ater ao problema da utopia, pretendo deixar minha crítica à linha

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

historiográfica que não vê importância política no anarquismo por concebê-lo como utópico e apolítico. Essa concepção vê o político apenas como o espaço institucional, real, o quantificável. Não percebe os vários aspectos do político, sendo um deles o mitológico, isto é, a do mito político. A revolução francesa criou talvez o maior mito político que se tem notícia, o da revolução possível, bem sucedida, total, que mudou completamente a organização política anterior, pois antes disso os projetos burgueses não passavam de utópicos, de generalizadores, de sonhos irrealizáveis.

O mito, a utopia também são conceitos históricos. George Sorel, para alguns, o teórico do anarco-sindicalismo, é elucidador nesse ponto, pois ele acreditava no poder do mito na política: “estes mitos não podem ser analisados; não são descrições utópicas de um futuro estado de coisas, mas crenças morais atuando na conduta atual”.⁵⁹ Sendo assim, “Os mitos devem ser julgados como meios de ação na atualidade; qualquer discussão sobre o método de aplicá-lo praticamente ao curso da história não tem significado. Só o mito tomado como um todo é que importa”.⁶⁰

Esse modesto trabalho pretende captar essa outra dimensão da política. Nesse capítulo, procuro dimensionar o que levou ou moldou essa tendência historiográfica a pensar o anarquismo como um movimento atrasado e sem organização, em relação ao comunismo. O anarquismo ou melhor os anarquismos: anarquistas mutualistas, anarquistas coletivistas, anarco-sindicalistas, anarco-comunistas e anarquistas cristãos só para ficar nos principais, eram sim organizados, de uma maneira diferente e aí é que está o problema, pois o anarquismo em suas mais variadas nuances valorizava o poder de decisão do indivíduo. Nesse sentido, as contradições do anarquismo ao longo dos anos, as diversas opiniões, a ausência de unidade de

59 SOREL, “Réflexions sur la Violence”, 1912, p., 46, apud. JOLL, 1977, p., 248

60 Ibid. p. 180. apud. op. cit., p., 248.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

idéias tem que ser visto como um fato positivo, pois era o tipo de organização que dava espaço para a multiplicidade de idéias, os indivíduos não tinham que se sujeitar ao coletivo, este sim é que se moldava de acordo com os indivíduos. Nessa perspectiva, os grupos, a unidade anarquista se dá no debate das diversas opiniões de indivíduos que nem sempre chegam a um acordo, daí as diversas correntes. Isso, porém, não quer dizer que não haja organização, apenas esta se forma sobre outros paradigmas, que não são burgueses como acontece com o comunismo que absorve a tradição burguesa de representação e o autoritarismo imposto de cima para baixo e dissimulado pelos conceitos de liderança ou pela democracia parlamentarista que, apenas significa a escolha de delegar poderes a outrem.

É obliterado da história operária do século XIX o debate entre anarquismo x comunismo, sem falar das demais tendências que têm um papel secundário, mas que deveriam ser matizadas no contexto da história operária. Nesse sentido, há uma deturpação do conceito de político que passa a ter um significado exíguo, a luta política só é levada em conta por esses tipos de análises apenas quando institucionalizada através de partidos e ou sindicatos, sendo esses espaços reconhecidos de antemão como formas únicas de se “fazer política”. Até mesmo um dos maiores historiadores contemporâneos, Eric Hobsbawm, tratou os movimentos sociais da Espanha como revoltas “pré-industriais”. Assim, respaldado pelo conceito exíguo de política, segundo Hobsbawm, os movimentos sociais da Espanha, por exemplo, não eram organizados por revolucionários libertários, mas por rebeldes “primitivos” como consta em seu livro com o mesmo título. “O movimento [espanhol] rejeitava qualquer organização, ou pelo menos qualquer organização rigidamente disciplinada, e se recusava a participar de política”⁶¹.

Por consequência, os movimentos operários de cunho anarquista como o da Espanha

61 HOBBSAWM, 1978, p., 90.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

que impôs uma série de transformações sociais dentre elas a autogestão na produção⁶² até o golpe sanguinário de Franco, são relegadas à classificação das revoltas apolíticas e sem organização, de rebeliões primitivas que, cabalmente, estão destinadas ao fracasso, esta é a perspectiva de análise de parte da historiografia marxista que não escapa do tendencionismo ideológico.⁶³

Não é meu interesse aqui aprofundar essa discussão, pois, para tal, necessitaria de toda uma avaliação conceitual dos parâmetros da teoria marxista, inclusive o de revolução, partido, consciência de classe e assim por diante. O objetivo desse estudo é a moral anarquista e os outros espaços de luta política operária e o porquê que se deu, principalmente, em parte da historiografia brasileira o descrédito da ação libertária na organização operária. Contudo, pretendo mostrar o quanto pode ser complicado utilizar um método de análise, o materialismo histórico, para se estudar o anarquismo, que antes de se constituir como tal, se formou e se fortaleceu justamente em oposição ao objeto que se quer compreender.

Não há como separar método científico de análise do seus corolários ideológicos, pois a sua própria formação no processo histórico do século XIX se deu em concomitância com outros movimentos sociais de outras tendências e com outras ideologias. Tanto o anarquismo como o marxismo e demais teorias sociais modernas se formaram no imaginário do século

62 “O triunfo das organizações da classe trabalhadora criou um clima revolucionário e até uma certa situação revolucionária temporária na Catalunha, no Levante e até em partes de Aragão. Durante vários meses, as forças armadas dessas regiões foram, em geral, milícias controladas pelos anarquistas. As fábricas foram em grande parte tomadas pelos trabalhadores e dirigidas pelos comitês da CNT, enquanto centenas de aldeias ou dividiam ou coletivizavam a terra, e muitas tentaram organizar comunidades libertárias do tipo defendido por Kropotkin. A vida mudou suas feições nos menores detalhes (...)” (WOODCOCK, 1983, p. 103).

63 “(...) Os anarquistas e similares fazem pois política, têm uma política como toda a gente. Têm mesmo uma concepção, um ideal político mais firme, mais raciocinado, mais completo que quaisquer outros socialistas, que estão pouco fixados e flutuam de ordinário sobre o método político. (...) combatemos no terreno político, temos uma *luta política*: nesta como na económica, usamos a *acção directa* e solidária, opomos a iniciativa individual à acção autoritária, empregamos a resistência”. (ALBERT, CHARLES; MOSCOVO, MANOEL. A Política. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 08 nov. 1903). É realmente incrível a lucidez do escritor anarquista. É dotado de uma perspicácia que vários historiadores, por seguir o materialismo histórico (método de análise cunhado num momento de rivalidades entre tendências no campo do socialismo), não têm, justamente por desprezar a própria construção histórica do método que seguem.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

XIX, que lhes eram comum. Sendo assim, uma análise marxista do tema do anarquismo não pode ignorar essas questões, na minha modesta opinião não pode nem mesmo dissimular as divergências de ambas as teorias. E não só as suas divergências como também não se pode cair no outro extremo de se negar as aproximações. No livro *Marx y el Anarquismo* de Pierre Ansart, o autor nos coloca essa discussão: “Por encima de las disensiones proclamadas, una confrontación tal puede hacer desaparecer un campo intelectual en el seno del cual las aproximaciones y las verdaderas originalidades serán más clarametne perceptibles”.⁶⁴

Assim, o autor nos mostra a importância de se levar em conta não só a oposição entre os dois pensamentos sociais, mas, além disso, verificar que tais oposições tinham suas aproximações por se tratarem do mesmo tema: a transformação histórica, isto é, a sociedade pela qual se queria mudar.

Dessa forma, então o problema torna-se mais complexo, complexidade essa que as análises marxistas ao se voltarem para o tema do anarquismo não comportam. O que eu quero deixar claro, no entanto, para não fugir do meu tema específico, é que, por muitas vezes, nos deparamos com análises marxistas que, *a priori*, já impõe em seus estudos uma certa superioridade do comunismo ao anarquismo, sendo utilizado isso, em várias ocasiões, como recurso explicativo. Nesse caso, grosso modo, argumenta-se que o anarquismo é um movimento típico de sociedades pré-capitalistas.

Todavia, em nível mundial, seguindo a mesma linha de raciocínio, a França que foi um dos países precursores do sistema capitalista já desmentiria essa explicação, pois foi lá que o movimento anarquista fincou raízes mais profundas e de lá se construiu no que viria a ser uma de suas tendências mais combativas: o anarco-sindicalismo. Mas antes dessa refutação nos mesmos parâmetros, deve-se, antes, se perguntar, quais são os marcos históricos que

⁶⁴ ANSART, 1972, p., 13.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

possibilitam dizer que a partir de determinado dia, mês ou ano passou a se viver em economia capitalista e antes não? O próprio conceito de pré é a-histórico, a história é um fluxo contínuo, mesmo que tenhamos que nos respaldar em marcos, ou melhor, que construir marcos históricos e, em certo sentido é inevitável, para nortear nossa pesquisa. Isso se dá de forma que acabemos por supervalorizar determinados períodos históricos em detrimento de outros. Nesse sentido, é que entra a minha crítica. A história do marxismo tem marcos norteadores que não são os mesmos do anarquismo e, em muitos casos, chegam a serem opostos entre si, embora tenham sido influenciado pelos mesmos fatores históricos e tivessem o mesmo projeto socialista, por divergirem, principalmente em método, foram fundados sobre outros paradigmas.

A partir dessas constatações pretendo enfocar um outro lado da história da classe trabalhadora que não concebe o anarquismo como pré-história da classe operária e sim como luta política efetivada por outros “caminhos”, com as vitórias e derrotas, historicamente possíveis, em vários campos da política e não sob a perspectiva anacrônica de outros movimentos operários posteriores que na ótica marxista-leninista-sindicato-partidária foram mais bem sucedidas. O embate das classes, das diferenças sociais se dá em vários campos da política, para além do plano institucional, é isto que o estudo do anarquismo brasileiro, isento de um método pré definido, vem ratificar.

É preciso rever o conceito de revolução vencedora, pois na perspectiva da classe trabalhadora e sob um olhar anarquista, a Revolução Russa fracassou. Apesar de ter sido uma revolução claramente de cunho popular, o processo revolucionário foi interrompido pelo partido, aos poucos foi se estabelecendo uma ditadura da elite revolucionária e com a introdução dos conceitos administrativos de Taylor por Lênin, a Rússia assume uma postura econômica claramente capitalista em que o Estado tem plenos poderes.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

A crítica dos dissidentes revolucionários que não aderiram ao pensamento único do partido, entre eles contam também anarquistas como o povo de Makno,⁶⁵ camponeses ucranianos que só queriam sua independência e a terra para prover o seu sustento e, por isso, foram duramente perseguidos pelos lacaios de Trotsky após 1917. Essa história e muitas outras, por anos sendo corroída nos armários da burocracia Soviética, foi revisitada depois de 1956 por inúmeros pensadores de várias estirpes inclusive ex-comunistas que passaram a rever suas posições e a romper com os critérios rígidos do partido comandados pela Terceira Internacional.⁶⁶

Essa revisão de postura alcançou vários campos do conhecimento, entre eles a história. Há, nesse sentido, um divisor de águas na historiografia ocidental, principalmente no que concerne ao estudo da classe operária. A partir do final dos anos 50, historiadores como Thompson, Eric Hobsbawn, Steadman Jones entre outros, que posteriormente foram denominados membros de uma certa “historiografia inglesa”, motivados pelos grandes acontecimentos que presenciaram como a revelação dos crimes de Stalin em 56 e a desilusão intelectual, a partir daí, com a ideologia comunista, deram início a um processo de revisão do marxismo, chamemos assim.

A historiografia inglesa, principalmente, Thompson com sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* passou a historicizar os conceitos marxistas como “classe”, “consciência”, “força produtiva”, “relações sociais de produção” entre outros e impor severas críticas ao marxismo ortodoxo representado pela Terceira Internacional e pelo estruturalismo de influência marxista representado por Althusser.⁶⁷ No trabalho de Thompson, por exemplo, a consciência de classe se forma em vários âmbitos políticos, quebra-se assim a redoma

65 Cf. MAKHNO; SKIRDA; BERKMAN., 2001.

66 Para conhecer alguns pensadores simpatizantes do anarquismo: (Cf. COSTA, 1988, P., 84).

67 Cf. THOMPSON, 1981.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

metodológica exígua dos espaços políticos privilegiados pelo marxismo *vulgar* tais como os sindicatos, as fábricas e os partidos operários. Em outro aspecto, o autor faz uma crítica, já no prefácio, ao conceito de classe que não é um dado rígido, medido através de estatísticas; ao contrário a classe, segundo Thompson, é um “fenômeno histórico”.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.⁶⁸

Embora critique o marxismo, principalmente, seu ranço darwinista e seu aspecto ideológico que privilegia a estratégia partidária em detrimento à ação direta, percebo sua importância no que concerne à sua análise histórica do capitalismo. É por isso, que ao definir o conceito de classe eu ainda recorro ao marxismo “arejado”, aquele que procura fazer uma leitura dialética e não etapista da história.

2.3 As correntes da historiografia operária brasileira – a distinção das referências teóricas

No caso brasileiro, intrinsecamente ligado à crítica da historiografia economicista do movimento operário, que define classe quase que matematicamente, pelo número de sindicatos, associações, partidos, etc; convém apontar a possibilidade de outro enfoque: o aspecto moral que está para além do institucional. Assim, procuro respaldo em trabalhos inovadores na historiografia brasileira operária que apareceram, a partir dos estudos de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall que abriram um leque de possibilidades e abordagens seguindo

⁶⁸ THOMPSON. 1987, p. 10.

a linha da nova historiografia inglesa com Thompson.

Tais referências são de suma importância para o debate do anarquismo no Brasil, pois vêem a classe operária dentro de um processo histórico ainda em formação que pode ter várias possibilidades e desfechos. Essas abordagens analisam os fatos históricos dentro de um conceito de política amplo alcançando os aspectos culturais, os valores morais e não só os aspectos institucionais e econômicos.

Em *A Invenção do Trabalhismo*, em especial o capítulo II, *O Anarquismo; Outra Sociedade, Outra Cidadania*, Angela de Castro Gomes analisa o anarquismo sobre um conceito de política ampliado, dessa forma consegue redimensionar o anarquismo dentro de seu próprio tempo, da sua dinâmica própria sem perder de vista as particularidades.

Trata-se de um referencial importante para os projetos desse tema, porque a autora privilegia os documentos relativos à imprensa operária, os quais abordarei no último capítulo com a intenção, mesmo que modestamente, de trazer à tona nesse trabalho: a experiência de vida, no sentido amplo, dos anarquistas do início do século, das lutas, dos valores e dos seus objetivos que delineavam uma postura ética de vida diferenciada.

Angela de Castro, com outros objetivos, consegue satisfatoriamente recompor os vários discursos sem se perder no jogo ideológico. Assim, dentro dessa perspectiva política mais ampla, esclarece que o princípio da ação direta recusa o modelo de política burguesa; portanto, o debate se dava para além do discurso, é, assim, também um embate sociocultural e moral. Daí, a importância da conduta ética para os anarquistas.

Em outro aspecto, também discutido pela autora, a ação direta era uma estratégia de luta política que primava pela liberdade de opinião, autonomia e a livre iniciativa do indivíduo. Assim a diversidade de opiniões não é um diagnóstico de crise entre os anarquistas, era sim, uma rotina saudável e antidogmática de filtrar através de discussões abertas, as melhores

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

idéias. Essas particularidades podem ter sido um dos fatores responsáveis pela proeminência do ideário anarquista frente às outras correntes operárias a partir de 1903, já que o povo brasileiro ainda não tinha uma tradição eleitoral e poderia, assim ver desconfiadamente a proposta comunista e mesmo a burguesa de representação partidária.

No imaginário político da Primeira República, a moral anarquista se forma em relação ao seu oposto, que são os valores burgueses trazidos e reconfigurados pelos filhos dos fazendeiros que iam estudar fora, os futuros bacharéis seguidores de Comte, grosseiramente falando. A conjuntura brasileira, na década de 10, principalmente no período de guerra na Europa, favoreceu o crescimento da indústria têxtil, de gêneros e objetos para o consumo interno. Assim, nos grandes centros da indústria e do comércio, criou-se um clima impulsionado pelas circunstâncias históricas, para propagação de interesses da burguesia urbana, que procurava através das reelaborações dos valores liberais, conforme as configurações locais, a impor novos valores como o nacionalismo, o de ordem, o de cordialidade, o de conciliação de interesses e outros que ganhavam contornos mais nítidos justamente por estabelecerem oposição à moral anarquista que se formava em torno da tática política da ação direta que recusava o parlamentarismo, toda forma de poder instituído, e era contra quaisquer atividades que tivessem características burguesas bem como o baile, o futebol (que era uma prática incentivada pelas fábricas que compravam os artigos necessários ao esporte, marcando assim, o espaço do lazer tão necessário à manutenção do capitalismo)⁶⁹, faziam restrição ao uso do álcool que, segundo os anarquistas, inebriava e corrompia a

69 “A direção da fábrica passava a subsidiar as atividades do clube; por exemplo, cedendo um terreno de propriedade da empresa para a instalação do campo de futebol e a construção da sede social ou, então, contribuindo para o pagamento de aluguéis. Mensalmente, ela oferecia ao clube uma quantia em dinheiro, a fim de complementar seu orçamento, que incluía despesas com conservação e limpeza da sede social e do campo, pagamento de impostos, energia elétrica, limpeza dos uniformes, transportes de jogadores e outras. Quanto ao material esportivo, a fábrica poderia fornecer desde as camisas até as bolas e as chuteiras”. ANTUNES, p. 105.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

consciência revolucionária e contra a religião que tirava a ação das mãos dos homens e entregava a Deus.

Esse modo de ser e de agir particular dos anarquistas foi abordado genericamente por Bóris Fausto em *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Neste trabalho, Fausto utiliza o termo “subcultura” que nos coloca o problema da moral anarquista sob um outro ponto de vista.

Para além da defesa de pontos tópicos, há a tentativa de criação de uma subcultura, buscando modelar um homem novo em contraposição ao que é fruto da sociedade de classes, abrangendo aspectos tão amplos como a educação ou um código moral, com suas normas e sanções implícitas.⁷⁰

Se por um lado os anarquistas fizeram oposição à sociedade capitalista criticando ferozmente o sistema educativo e à igreja. Por outro, reivindicavam internamente uma conduta *puritana* que deveria ser seguida pelos operários. Assim, lutavam contra a opressão do Estado capitalista e a favor da liberdade individual, mas impunham, segundo Fausto, regras e normas coercitivas a seus membros. O autor propõe que as respostas para esse paradoxo devem ser buscadas nos aspectos emocionais e inconscientes. Embora uma pesquisa no campo do inconsciente tenha sua relevância, principalmente na tentativa de esclarecer as origens psicológicas dessa conduta moral, distintamente pretendo desenvolver essa pesquisa relativa à moral anarquista, procurando saber em que medida tal conduta influenciou e caracterizou a história do anarquismo e até que ponto pode se dizer que há um paradoxo entre a conduta moral e o projeto político dos anarquistas em São Paulo na década de 1910, principalmente. Pretendo, no último capítulo desse estudo, tentar articular uma abordagem estrutural das experiências anarquistas em São Paulo buscando as interrelações entre a conduta moral libertária e o imaginário da época, juntamente com uma análise classista enfocando o discurso político na imprensa anarquista e a prática das greves e suas repercussões.

Assim, esse trabalho, conquanto esteja situado no que Boris Fausto chamou de

70 FAUSTO. 1983, p., 80.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

“subcultura”, ele segue um outro caminho, com outras preocupações. Essa pesquisa está inserida no contexto da História Social. Nesse sentido, faz oposição à noção positivista de documento, que supervaloriza as fontes escritas. Embora o trabalho de pesquisa aqui proposto se situe em finais do século XIX e início do século XX, daí advém o privilégio pelas fontes escritas (principalmente os periódicos de época), não poderei jamais deixar de ressaltar que estes documentos têm um alcance bastante limitado, no período e, assim, o seu principal objetivo, o de formar opinião, se encontrava também comprometido. Portanto, os periódicos anarquistas estão longe de serem a representação “objetiva” daquela “micro-sociedade” de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses... e também brasileiros que sonhavam e acreditavam em um mundo livre.

Sabemos que o período histórico em que situo a pesquisa tem um alto índice de analfabetos, e dessa forma, as relações culturais tem uma grande influência da tradição oral. A entrevista oral, embora, para tal período seja impraticável, já que as experiências históricas que este trabalho almeja remonta ao século XIX e início do século XX. Os estudos como o de Ecléa Bosi - que analisa a relação da memória e o trabalho na sociedade capitalista, tendo como objeto, velhos que viveram no início do século em São Paulo, o mesmo período que se situa essa pesquisa monográfica -, *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos* é de grande valia para contrabalancear os documentos de época escritos (periódicos anarquistas, no que dizem respeito à questão da moral anarquista), para avaliação da memória coletiva da Primeira República, dos indivíduos que viveram aquele período, o que permaneceu e o que foi relegado ao esquecimento, qual o resultado dos aparatos ideológicos, das classes dominantes nas lembranças dessas pessoas que conviveram com os acontecimentos que marcaram a República Velha. Principalmente, no que concerne aos trabalhadores, esse tipo de abordagem será útil no intuito de buscar uma interpretação menos tendenciosa e, por assim dizer, mais confiável, com

maior respaldo científico.

Com relação aos jornais e periódicos da Primeira República, principalmente, os da década de 10, a pesquisa indireta torna-se de grande estima para os objetivos desse estudo; pois, qual seria a representação política que se fazia dos anarquistas nos órgãos da imprensa oficial? O que dizia o discurso oficial sobre os libertários, e o que é mais importante: o que tentavam ocultar?

Levando em consideração as dificuldades de se trabalhar com esse tipo de fonte, que são caracterizadas por “filtros intermediários deformadores”. E por se tratar de fontes não “objetivas”, já que representam a cultura dominante, o objeto dessa pesquisa é justamente a moral anarquista que faz oposição a essa ordem. Ainda assim, a pesquisa indireta se justifica, e é nesse sentido que Ginzburg a defende: “O fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta”.⁷¹ No capítulo final, procurarei discutir o discurso burguês urbano representado pelo órgão da imprensa diária: *O Estado de São Paulo*, bem como, pelo *O Combate*.

Considerando a especificidade histórica, a pesquisa indireta pode ser de enorme importância para se conhecer, a contra peso, o comportamento dos anarquistas do começo do século XX, marcado também pela tradição oral, (essa hipótese baseia-se não só no alto índice de analfabetos, bem como, nas várias línguas em que eram impressos os periódicos). Haja vista, a importância dada pelos próprios anarquistas à “propaganda espetáculo” (teatros, confraternizações, piqueniques, etc.).

Já foi dito acima que o presente trabalho partiu, inicialmente, de leituras a trabalhos que ignoram alguns significados que, a meu ver, distorcem e oblitera da história a importância dos

⁷¹ GINZBURG. *Entrevista*, 1990, p. 04.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

anarquistas e das lutas operárias. O motivo dessas distorções está na forma de abordar a história da Primeira República. Criou-se, ao longo da história, motivada pela monumental obra de Marx e pelo advento da Revolução Russa, uma tradição marxista na historiografia operária que prima por considerar o comunismo como luta política mais evoluída que o anarquismo, estabelecendo assim, uma dicotomia, aquele considera-se organizado, este, movimento espontâneo dos trabalhadores. Na historiografia brasileira, esse tipo de análise é caracterizada, principalmente, nos estudos de Bóris Fausto e Leoncio M. Rodrigues.⁷² Embora seja justo ressaltar a importância desses autores que foram alguns dos pioneiros a enfrentar o tema espinhoso do operariado brasileiro, suas abordagens acabam por distorcer a história social da Primeira República, principalmente, no que concerne, à participação anarquista.

Com essa perspectiva, esses autores acabam introjetando o discurso político marxista que era duramente criticado pelos anarquistas, que são, sem dúvida, os sujeitos históricos principais a serem estudados na Primeira República. Por outro lado, mas não dispensando inteiramente o referencial marxista, pretendo, todavia, utilizá-lo com mais desvelo, no que diz respeito ao seu conteúdo ideológico. O marxismo como qualquer teoria social de transformação não é feita apenas de conteúdos racionais, científicos, o que vale dizer que em obras como o *Manifesto do Partido Comunista* e até em alguns trechos de *O Capital*⁷³ encontramos o desejo, a vontade, o sonho de Marx sobrepujando a razão, a cientificidade.

No processo de seleção da memória coletiva, a classe dominante ou consenso político que detém o poder escolhe o que melhor serve para a época, aquilo que legitima a dominação. Da mesma forma, os analistas guiados por um referencial marxista ortodoxo e, por assim dizer, mais rígido, resgatam em suas análises, em seus julgamentos de valores, o teor subjetivo,

72 Cf. RODRIGUES, 1966; Id. 1974; FAUSTO, 1974; Id. 1983 e Id. 1997.

73 Refiro, principalmente, ao modo apaixonado e pungente de sua escrita propugnante: MARX, 1998, pp., 827-877.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

ideológico que perpassa cada época, que não pode ser separado de sua história.

Transpondo essa discussão teórica para os acontecimentos na vida operária da Primeira República, a análise marxista tende a supervalorizar a fundação do partido comunista em 1922. Impondo um caráter de superação do anarquismo, da luta economicista para a luta política a partir da formação do PCB. Quando em verdade o período histórico é um:

Momento especial de reelaboração e de redefinição no interior do mundo operário, assinalando a passagem de uma estratégia operária que privilegia a ação direta, em sua diversas formas (greves, sabotagens, boicotes...) para uma outra estratégia, que privilegia as noções de organização, representação, política parlamentar e que integra a busca de soluções institucionais para a questão operária. Não é apenas o anarquismo que entra em declínio, mas também uma certa identidade e sensibilidade operárias, centradas nas noções de autonomia e de ação direta.⁷⁴

A partir daí, a imagem de militante político é transformada,

O discurso de transição se faz discurso trágico, justapondo os contrários sem resolvê-los. No plano da dinâmica da estratégia operária, é anunciada a passagem de uma política e sensibilidade centradas na ação (onde a “educação” fazia-se cotidianamente “pela luta”) para uma política e sensibilidade centradas na organização, que se orna das virtudes militares: a de um “batalhão aguerrido” onde deve se formar o operário-soldado. No final desse percurso, a “vitória” seria não mais de um operariado autônomo, orgulhoso de sua iniciativa e da ação direta, mas de um proletariado “forte” e disciplinado pelo e no partido.⁷⁵

A teoria marxista, dessa forma, é lançada sobre os fatos aparando o que é contraditório, distorcendo as nuances, obliterando, assim, a especificidade do imaginário anarquista, da ideologia libertária que se contrapunha, em grande parte, aos marxistas. Assim, os historiadores do materialismo histórico que, de alguma forma, estavam ligados ao partido comunista, valorizam a estratégia política partidária em detrimento de outra: a ação direta. E esse “olhar” tendencioso se dá mesmo antes do declínio do anarquismo de fato, que se processou a partir de 1920, e mais intensamente a partir de 1922, com a fundação do PCB. O partido comunista imediatamente acata a estratégia da “Frente Única” da 3ª Internacional para os países dito atrasados, que pregava o apoio à burguesia, isolando o anarquismo, já abatido

74 SEIXAS, 1994, p., 221.

75 Ibid., p., 222.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

pelas perseguições da polícia política, da luta operária. A política da “Frente Única” estava baseada numa visão evolucionista da história: *antes da Revolução Proletária era preciso fazer a Revolução Burguesa*, e isso não é uma influência apenas da 2ª Internacional, da “Dialética da Natureza” de Engels ou do “reformismo” de Kautsky, o próprio Marx recebeu uma marcante influência de Darwin, principalmente na elaboração de sua principal obra, *O Capital*. Em certo sentido pode-se dizer que, em alguns aspectos, o materialismo histórico dialético é sobrepujado pelo determinismo e o empirismo de *A Evolução das Espécies*.⁷⁶

O marxismo posterior a seus fundadores sob o influxo do naturalismo do século XIX, que nem Marx e Engels conseguiram escapar, formou uma concepção de “necessidade histórica” considerando o comunismo um fim inexorável por ser, segundo essa perspectiva, a etapa superior da civilização, em muitos casos a transformação social passou a ser vista do ponto de vista da evolução e não mais da revolução. Assim, em grande parte, essa deficiência colaborou para a falência da esquerda na Alemanha pós Primeira Guerra e contribuiu para a ascensão do Nazismo.⁷⁷ Em um grau menor, mas advinda da mesma concepção etapista de história considera-se os comunistas como uma organização política mais completa e “consciente”.

Dessa forma, recapitulando um pouco do que foi dito acima e dando mais uma passo a frente, foi baseado na nova historiografia inglesa, formada por marxistas mais arejados e capazes de fazerem a auto-crítica, que surgiu no Brasil belas obras sobre a Primeira República enfocando os trabalhadores.⁷⁸ Alguns trabalhos como o de Foot Hardman⁷⁹ tendo como referência E. P. Thompson⁸⁰ nos propõe ao analisar a classe trabalhadora, que a “consciência

76 Cf. THOMPSON, 1981, pp., 66-81.

77 Cf. BENJAMIN, “O conceito de história”, 1987.

78 Pode-se dizer que, Paulo Sérgio Pinheiro & Michael M. Hall foram os pioneiros dessa tendência historiográfica que passou a dar mais ênfase na história operária da Primeira República.

79 Cf. HARDMAN, 1984.

80 Cf. THOMPSON, 1987.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

de classe”, conceito muito caro a teoria marxista e muito discutido pela nova historiografia inglesa, pode ser alcançada em outros espaços de sociabilidade e não apenas no sindicato, no partido, ou na fábrica.

Decorrente disso, passa a se estudar a vida dos trabalhadores fora da fábrica, fora do sindicato, longe das greves e dos protestos e sim no ambiente familiar, nos espaços de lazer (que são aproveitados pelos anarquistas para fazerem a “propaganda espetáculo”, assim denominada por Hardman), situado no que os marxistas chamam de reprodução do trabalho. Nessa mesma linha, mas numa perspectiva que tenta abordar o universo feminino e o seu papel no mundo do trabalho encontramos estudos como o de Margareth Rago, propondo um outro norte para a análise do anarquismo, o das práticas culturais. Em um capítulo bastante interessante: *Os Anarquistas e o campo da moral* de sua obra intitulada *Do Cabaré ao lar – A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil 1890-1930)*, a autora nos coloca o problema das recusas anarquistas, embora especificamente voltado para o universo feminino, de uma outra maneira bastante elucidadora.

Já se tornou conhecida a crítica ao moralismo dos anarquistas quando condenam o carnaval, o baile, o álcool, o fumo e mesmo o futebol como vícios, sinais da degeneração da sociedade instituída. De fato, uma certa assimilação das representações burguesas do lar, do sexo, do alcoolismo ou do fumo pode ser constatada no discurso libertário, que revela a nítida intenção pedagógica de controlar as formas de lazer do proletariado. Por outro lado, é insuficiente constatar a contradição que permeia este discurso que, ao mesmo tempo que prega o amor livre e o direito do prazer para homens e mulheres, condena a dança, o bar, a bebida ou o esporte. Talvez se possa enveredar por uma outra direção e perguntar sobre os objetivos e os adversários visados pela doutrina anarquista. O que dizer a respeito das necessidades que poderiam estar por trás destas interdições?⁸¹

Utilizando-me do próprio estudo da autora, permito-me o direito da reposta: apesar de se aproximar do discurso burguês moralizante e até, às vezes, conter algumas aproximações com a conduta burguesa, a tentativa de construção de uma moral anarquista reflete o sentido

81 RAGO, 1985, p., 111.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

que vai além de preservar o trabalhador (nos momentos e espaços de lazer) como é no discurso disciplinador burguês. A diferença para este reside no fato de que o que se quer verdadeiramente preservar é a consciência social do trabalhador contra os vícios de uma vida desregrada, é, sobretudo, uma moral revolucionária, no sentido que, almeja e projeta-se com a formação de uma moral libertária, para a construção de uma nova sociedade.

Nesse sentido, recuperando a afirmação de Boris Fausto com relação ao que denominou de “subcultura” e que renomeio de moral anarquista por esse conceito não carregar nenhum significado pejorativo (ao contrário de sub: secundário, subordinado). A análise de Fausto vê na recusa anarquista às práticas culturais que se configuravam como burguesas e a própria proibição a seus membros de praticarem futebol, consumirem bebidas alcoólicas, irem ao baile (bailes tipicamente burgueses), etc. -, como um paradoxo. Pelas leituras e estudos feitos até aqui, estou propenso a desconfiar dessa conclusão. Pretendo, no capítulo final, ir mais a fundo nessa questão utilizando-me das fontes primárias; periódicos de cunho libertário, bem como, diários da burguesia – uns mais conservadores outros mais progressistas, buscando com isso não me perder no jogo ideológico das várias correntes políticas da Primeira República.

Tendo como referência, o estudo de Margareth Rago, somado às leituras de Ginzburg⁸² sobre a circularidade da cultura, pode-se perfeitamente, ainda que de forma sumária e inconclusa, que ao mesmo tempo que os anarquistas propõem uma nova moral, através das resistências aos ideais burgueses e às inovações tecnológicas que além de desempregar os trabalhadores, rebaixam o valor de seus conhecimentos, suas profissões (pode-se perceber isso nos discursos em favor dos controles de fábrica), através de uma nova educação, enfim, de um novo comportamento da classe operária. Concomitante com esses discursos e com essas ações,

82 Cf. GINZBURG, 1998.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

há posturas por parte dos anarquistas que se aproximam daquelas “autoritárias” praticadas pelo Estado, o que não permite dizer que consiste num paradoxo. Afinal de contas, viviam num mesmo espaço social, dividiam, embora de forma antagônica, o mesmo imaginário político comum também à burguesia.

As referências que respaldam a pesquisa da moral anarquista, que elucidam alguns problemas neste capítulo parcialmente elencados, que propõem novas explicações e mais problemas, são basicamente as que foram acima citadas. Os problemas inerentes ao tema da moral anarquista propuseram uma flexibilização inevitável dos métodos e instrumentos do conhecimento a serem utilizados na pesquisa. Esse breve passeio bibliográfico por diversas *escolas* de análises, de modo algum, pelo menos conscientemente, significa uma falta de rigor metodológico. Pretende-se apenas digerir melhor os problemas e questões que aparecerem, relativas ao tema, com a água pura e cristalina de outros paradigmas, ainda pouco usados no estudo do(s) anarquismo(s) no Brasil.

À vida operária na Primeira República não cabe classificações reducionistas como a de “movimentos espontâneos”, sem falar que, o próprio conceito de “espontaneísmo” sob a lógica da ação direta anarquista guarda significados de positividade, como tentei apontar acima. O conceito “espontâneo” significa autonomia, organização sob paradigma da auto gestão, com o objetivo de formar um conjunto de individualidades que visam o bem comum. É com essa perspectiva, despida de qualquer resquício burguês que rebaixa a tática política da ação direta, que pretendo dar vida a pessoas que foram excluídas do processo histórico e, por assim, dizer da historiografia durante algum tempo. O disparo inicial, prenúncio da batalha, já foi dado, cabe darmos continuidade à guerra: vamos à luta! Ou pelo menos ao próximo capítulo!

CAPÍTULO III

A IMPRENSA ANARQUISTA E

A FORMAÇÃO POLÍTICA DO TRABALHADOR

Dizem que, quando pedimos a abolição do Estado e de todos os seus órgãos, sonhamos com uma sociedade composta de homens melhores do que eles são na realidade. Não, mil vezes não! O que pedimos é que não se façam os homens piores do que eles são, com semelhantes instituições!⁸³

(Piotr Kropotkin)

3.1. Moral anarquista/moral burguesa: aproximações, distanciamentos e diferenças.

Pretendo nesse capítulo fazer algumas reflexões acerca da moral anarquista que, minimamente, delinee no fim da primeira parte. A moral anarquista, isto é, o tipo diferenciado de conduta que os militantes anarquistas queriam incutir aos trabalhadores.

As concepções anarquistas, resguardadas suas nuances, por rejeitar a via política da representação partidária se deteve, mais que qualquer outra tendência socialista, ao aspecto moral. Buscou-se assim, delimitar o modo “correto” que o trabalhador, na intenção de lutar contra a opressão e com o *objetivo* de abolir a dominação do homem pelo homem, deveria seguir.

Essa conduta que busquei identificar nos periódicos operários de tendência anarquista na Primeira República, advém do confronto de interesses entre os diversos grupos sociais em

83 KROPOTKIN, 2001, pp. 58-59.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

formação, digo, que vinham se configurando no período. Tanto a classe operária quanto a burguesia urbana estavam em formação no jogo político do início do século, onde predominavam os interesses da burguesia latifundiária que cumpria o papel de fornecedora de matéria prima à grande indústria capitalista dos países centrais.

Com a imigração e, posteriormente, com o fim da escravidão⁸⁴ e o início do trabalho assalariado que abriu as portas para os investimentos na pequena indústria manufatureira nacional, a sociabilidade nas cidades que tinham uma localização privilegiada, como São Paulo, mudou completamente. Com a intensificação do comércio e da atividade industrial, a cidade passou a ter novos personagens que eram portadores de outros interesses e necessidades, compondo, assim, novas relações de poder.

Aos poucos, as relações sociais vão se configurando, fazendo com que se tornem mais nítidas as oposições entre as classes em formação. Nesse contexto, com objetivos distintos e em oposição a outros modelos de vida, principalmente, ao modelo burguês, é que se formou o que denomino de moral anarquista. Essa conceituação baseia-se numa pesquisa que está apenas em seu começo e, portanto, pode revelar problemas quanto a sua fundamentação quando confrontada com uma documentação mais densa e mais completa.

Contudo, após o contato com parte de um grande acervo documental que se encontra no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP-SP) referente ao tema e, confrontando os periódicos com a bibliografia que se preocupou, em parte, com a conduta de vida defendida e preconizada pelos militantes anarquistas à classe trabalhadora na Primeira República, é possível

84 “O fluxo da corrente imigratória para o Brasil ganhou impulso na década de 1880, quando o Governo da Província de São Paulo colocou em prática uma política de imigração subsidiada para enfrentar a crise da mão-de-obra escrava nas fazendas paulistas de café. Depois de mais de três séculos de exploração do trabalho escravo, o sistema escravista dava sinais de esgotamento e a abolição tornava-se inevitável. Nesse sentido, é possível afirmar que o projeto dos fazendeiros paulistas de utilização massiva da mão-de-obra europeia contribuiu, de forma decisiva, para a libertação dos escravos, embora a historiografia comumente registre que foi a abolição que tornou possível a imigração em massa”. (LOPREATO, 1997, p., 01).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

tecer alguns argumentos a respeito.

Na edição de *O Amigo do Povo* de 30/01/1904 é publicado um artigo sobre o tema da moral que mostra ao mesmo tempo a preocupação do periódico com a formação ideológica dos operários e a influência do cientificismo do século XIX aos militantes anarquistas brasileiros:

Tudo evolue com rapidez na nossa época, a que já nos sentimos mentalmente livres das travas opressivas, e têm razão os anarquistas quando asseveram que a moral não pode ser imposta por quem quer que seja, mas que “surge e forma-se espontaneamente segundo o grande desenvolvimento que a civilização toma num dado ambiente social.”⁸⁵

O excerto revela uma certa proximidade com a moral Kropotkiana a que fiz referência no primeiro capítulo e que decidi, baseado em outros paradigmas, refutar. A moral anarquista: uma conduta diferenciada de vida preconizada pelos anarquistas na Primeira República advém das relações sociais e, por consequência, das diferenças entre grupos sociais. Portanto, baseado nos resultados parciais dessa pesquisa, a moral anarquista não pode ser um consenso social num estágio avançado de progresso da sociedade como fica subentendido na citação acima. A percepção, no entanto, que os militantes tinham sobre moral libertária no século XIX, como comprova o texto citado, estava de acordo com que Kropotkin teorizava em seu livro *La Moral Anarquista*. E o próprio jornal, *O Amigo do Povo*, tinha uma tendência anarco-comunista sendo constante a tradução de textos de Kropotkin e Reclus em suas edições.

Assim, é preciso fazer algumas distinções: entre projeto e a prática política anarquista na Primeira República. E entre as referências que utilizo e a atmosfera mental disponível no imaginário anarquista do início do século XX. A moral anarquista é construída, segundo minhas referências, em oposição a outras formas de condutas, principalmente, à burguesa, e, ao mesmo tempo, numa perspectiva ácrata, que se quer também *espontânea* - não no sentido

85 FIRE. A Moral. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 30 jan. 1904. (AEL: Arquivo Edgard Leuenrroth).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

que contradiz a *construção*, pois a configuração da conduta de vida anarquista pressupõe uma construção autônoma, espontânea -, baseada no projeto político de sociedade que se queria, isto é, a liberdade plena do indivíduo e da sociedade.

Havia um projeto revolucionário anarquista que não se concretizou, mas que sobre outros aspectos, teve relevância no contexto da Primeira República, à medida que, se opôs a outras formas de poder não só, no sentido político restrito de representatividade ou meramente econômico, mas na forma de vivenciar o cotidiano, de se querer introjetar na sociedade uma outra forma de sociabilidade, na expectativa de formar novos homens e mulheres através dos trabalhadores/as, com a perspectiva de construir uma nova sociedade baseada na igualdade.⁸⁶ Esse modo diferenciado de vivenciar o cotidiano, embora, estivesse introjetado de cientificismo e do próprio evolucionismo social, na prática se estabelece e se concretiza também sobre o aspecto das afetividades.

Dessa forma, creio que não se pode fazer uma distinção entre o aspecto lúdico e o racional, como fez Antonio Luiz Vieira⁸⁷ em sua dissertação de mestrado, onde na procura de evidenciar a oposição lúdica do malandro frente a sociedade da época, o autor acaba por aproximar em demasia a moral burguesa da anarquista.

A conduta de vida preconizada pelos militantes libertários não está restrito apenas ao campo racional, diria que se forma de acordo com os fundamentos e linguagens próprio do discurso racional, porém, ultrapassa esse campo indo além, como o próprio aspecto moral ultrapassa o da razão, embora, recorremos ao método lógico-científico, porém mais *arejado*, para tentar explicá-lo. O discurso libertário nos jornais estão apoiados numa fundamentação

86 O grande problema dos anarquistas e dos socialismos revolucionários de um modo geral é como conseguir construir uma sociedade de igualdade e liberdade vivendo em uma sociedade injusta e opressora, daí, em certa medida, a preocupação dos anarquistas com a formação dos trabalhadores num sentido amplo: educacional, moral, cultural e outros.

87 Cf. VIEIRA, 2002. (Dissertação de Mestrado apresentada ao INHIS)

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

científica à medida que se acreditava (anarquistas) que o anarquismo era o supra-sumo do progresso humano. Por outro lado, a forma como são escritos alguns artigos, demonstra também paixão e entusiasmo.

Os anarquistas se fazem assim. A maior parte dos trabalhadores têm medo das nossas idéias porque não as conhecem e também pelo que apregoa o padre no púlpito, pelo que escrevem os jornais burgueses, pelas calúnias que sobre nós vomitam os nossos adversários interessados. Quando, entretanto, esses mesmos trabalhadores souberem por meio da nossa palavra e dos nossos escritos o que é a anarquia realmente, vereis que os nossos ideais farão progressos gigantescos e que o número dos companheiros se tornará infinito. Nos dias de tempestade, a propaganda se faz com o exemplo. Devemos fazer esta propaganda mostrando-nos sempre como inimigos implacáveis da exploração, do privilégio e da tirania.⁸⁸

O clamor com que o militante chama a adesão de novos companheiros, se aproximando na forma como é criado o discurso com o alvo de suas críticas: “o padre no púlpito” e “os jornais burgueses”, são exemplos de que o discurso moral abrange também outros aspectos que não só o racional. Assim, a aproximação com o discurso moral burguês, por exemplo, não se dá tanto por vias racionais, mas pelo que poderíamos, esquemática e problematicamente, denominar de aspecto inconsciente, no sentido de não se perceber (militantes anarquistas) que na ânsia de negar o oposto (burguesia) acaba se utilizando dos mesmos artifícios e meios pelos quais se dizem combater. No caso da moral, querer impor com certa “autoridade” um tipo de conduta que se diz contra às autoridades constituídas.

Como foi minimamente discutido no segundo capítulo, o historiador Boris Fausto vê nisso um paradoxo. Diferentemente, percebo nessas relações de oposição que se queria radical por parte dos anarquistas, as limitações de seu próprio tempo e espaço. Embora se queria impor, essa imposição, se é que podemos chamar assim o modo pelo qual o militante anarquista tentava convencer o trabalhador, sejam quais fossem os meios (teatro, romances, artigos, piqueniques, conferências, festas, etc) se tratava de colocar com “o exemplo”, um tipo de conduta radicalmente contrária à burguesia, como pretendo mostrar dados que confirmem

88 MASTR'ANTONIO. Per la propaganda. **La Barricata**, São Paulo, 16 mar. 1913. (AEL). O grifo é meu.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

isso nesse capítulo. Em última instância, o referencial de conduta, um referencial às avessas é verdade, era a burguesia, assim se davam as aproximações de modo imperceptível por parte das personagens anarquistas da época. Ora, pois se uma das definições possíveis da moral anarquista era a oposição radical que se queria fazer à burguesia, recusando-se até mesmo a execução de bailes nos encontros operários, por se achar típico de burguês, - embora não fosse consensual entre os militantes no caso do baile -, a burguesia se constituía no paradigma invertido, evidenciando se assim, sem a percepção exata por parte dos anarquistas, uma certa aproximação.

O que, por outro lado, pode escamotear e talvez isto seja o mais grave, as grandes diferenças entre os valores morais de ambos os grupos sociais que estavam se configurando em classes. Uma das diferenças é o modo como se queria “impor” um tipo de comportamento padrão entre os trabalhadores.

No alcoolismo e no tabaco, nós vemos, primeiro do que tudo 'efeitos' da organização capitalista, dos preconceitos autoritários que combatemos. Entretanto, esses efeitos (especialmente o alcoolismo) são por sua vez 'causas': contribuem para a manutenção da mesma organização que os produziu. Tudo se liga e encadeia.⁸⁹

O discurso moralizante anarquista utilizava instrumentos de “convencimento” racionais e tinha como projeto político a construção de uma nova sociedade, para isso, segundo os preceitos anarquistas, teria que ser formar um novo indivíduo, e essa formação político-moral era efetivada no cotidiano operário.

(...) o vício de beber tem duas causas: a deficiência da alimentação e a ganância do capitalista. O álcool dá calor, por isso o proletário o bebe, vicia-se e pelo exemplo vicia os outros, também dele necessitados. É porém uma grande vergonha humana não se poder impedir a venda do álcool como bebida.

— Por que não se pode impedir?

— Porque os fabricantes do álcool são os capitalistas que encontram no meio do

89 ALCOOL E TABACO. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 22 nov. 1903. (AEL).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

operariado um farto mercado. Se alguém propuser uma proibição dessa venda, os fabricantes do álcool se oporão, como se têm oposto, alegando os seus prejuízos. Ora, os capitalistas é que fazem a lei, logo não legislarão contra eles próprios...⁹⁰

O texto nos mostra a concepção anarquista sobre as leis que regiam a sociedade, elucidando que, apesar de, num determinado momento histórico, os anarquistas terem combatido pela redução das horas de trabalho, por exemplo, a luta (tanto discursiva como na prática do dia-a-dia) anarquista era direcionada pela estratégia da ação direta e por um projeto (sonho) de sociedade futura, pois à medida que eram “os capitalistas que – faziam - as leis” só *destruindo* tal sistema social é que poderiam mudar a sua condição de explorados. E, assim, a luta anarquista contra o sistema capitalista se configurava em vários sentidos (na fala, nos hábitos, nos comportamentos), em vários espaços (na fábrica, nas associações, no lazer, na rua...), no cotidiano dos trabalhadores. Outrossim, suas interdições eram justificadas por serem práticas características da burguesia e porque tais comportamentos (nesse caso o consumo do álcool) eram prejudiciais à causa libertária constituindo-se na legitimação da opressão, por isso a oposição.

No artigo: *Teatro operário em São Paulo*, em que as autoras, Marilangela Alves de Lima e Maria Thereza Vargas trabalham as interdições buscando contextualizar as peças teatrais operárias, onde segundo elas, a partir de 1914, “é possível notar alguns traços tímidos de abasileiramento, uma lenta dissociação da dramaturgia européia. Muito sutil, entretanto”⁹¹. Pelo próprio direcionamento que é dado ao texto, as autoras tendem a ver as interdições anarquistas como meras proibições ao prazer: “Embora o problema seja complexo (uma vez que dificilmente o anarquismo oferece argumentos para justificar a supressão do prazer), a preservação do caráter do trabalhador orienta as campanhas contra a dança, o futebol, o álcool

⁹⁰ O CATECISMO ANARQUISTA. *A Vida*. São Paulo, 1914. apud. LIMA; VARGAS, 1987, p., 202.

⁹¹ LIMA; VARGAS, 1987, p., 243.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

e o fumo”. Se compreendermos “caráter” por honradez⁹², que é, a meu ver, o que as autoras queriam dizer, há um engano por parte delas, os anarquistas não queriam preservar o “caráter do trabalhador”, pelo contrário eles queriam mudar esse caráter, promover uma honra por outros parâmetros e não pelos que estavam postos, uma honra, uma moral anarquista. Mais uma vez, o que determina essas interdições e as lutas anarquistas é o projeto de sociedade libertária, onde não haveria trabalho forçado que explorasse o trabalhador, consequentemente não haveria luxo nem desperdício.

- Só o álcool produz esses maus efeitos sobre a inteligência?
- Não. Há dois outros principais: o fumo e o café.
- Há causa mais gerais do desperdício da inteligência?
- A causa mais geral é o próprio regime de trabalho forçado, a metade dele seguramente improdutivo por ser trabalho de reclamo, de luxo, ou inteiramente supérfluo: comércio, pirâmides, monumentos comemorativos, Torre Eiffel, etc.⁹³

Isso, na concepção anarquista,⁹⁴ não é prazer, portanto, não é “supressão do prazer” é luxo, supérfluo, vício que prejudica a saúde. Por isso, a moral anarquista era regida por aquilo que é útil para o ser humano, no caso específico da luta do dia-a-dia, o que era útil para causa anarquista que pra eles, era o que havia de mais elevado na concepção humana, o ideal de um sociedade igualitária e libertária.

Em outro texto, vemos a argumentação anarquista sendo construída através das estatísticas, o que dá uma conotação de respaldo científico ao discurso:

92 *caráter*: s. m. 1. Figura que se usa na escrita. 2. Tip. Cada um dos tipos de imprensa. 3. Tip. A forma que se dá a um tipo. 4. Cunho, distintivo, marca. 5. Feitio moral. 6. Índole. 7. Qualidade inerente a certos modos de ser ou estados. 8. Sinal de abreviatura. 9. Expressão ajustada, propriedade. 10. Missão, título. 11. Honradez. Pl.: caracteres (cté). (MICHAELIS. **DICIONÁRIO PORTUGUÊS/INGLÊS/ESPANHOL**. UOL Versão 7.0: São Paulo: Coleção Cult, 2001. 1 CD-ROM).

93 O CATECISMO ANARQUISTA. *A Vida*. São Paulo, 1914. apud. LIMA; VARGAS, 1987, pp., 202-203.

94 “... Proudhon já tinha dito – os trabalhadores não podem comprar com seus salários o que produzem, e engordar ao mesmo tempo as nuvens de ociosos que vivem à sua custa (...) Forçosamente ainda a indústria é e será dirigida não ao que falta para satisfazer às necessidades de todos, mas ao que, em um dado momento, rende os maiores lucros, temporários para alguns”. (KROPOTKIN, 2001, pp., 40-41). A sociedade libertária pressupõe uma economia racional, sem desperdícios visando a todos: “Que uma sociedade, de posse de todas as riquezas acumuladas no seu seio, possa assegurar largamente a abundância a todos. Em troca de quatro ou cinco horas por dia de trabalho efetivo e manual na produção, já vimos o assentimento unânime daqueles que refletiram sobre essa questão”. (Ibid. p., 50).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

O alcoolismo – diz um escritor francês – é causa directa em toda a França e por ano, de 57 000 delitos (pancadas, ferimentos e mortes), de 1898 suicídios e de 64 000 loucos alcoólicos. 76% dos enfermos dos hospitais são vítimas do álcool. 180 000 franceses morrem anualmente de enfermidades provenientes directamente do alcoolismo. Sucumbem cada anno 14 000 tuberculosos alcoólicos. O número dos idiotas hereditários alcoólicos duplicou em 6 annos e hoje passa de 150 000 para toda a Europa.⁹⁵

Por outro lado, mas também se utilizando de artifícios racionais, os órgãos burgueses procuravam criar mecanismos de “defesa” contra as possíveis organizações “conscientes” no meio operário, porém, ao contrário dos anarquistas através de meios institucionais:

Noticiamos há dias que o Sr. director do Departamento Estadual do Trabalho enviara ao Sr. Secretário da agricultura um projecto de lei estabelecendo o serviço de inspecção do trabalho nas fabricas, oficinas, etc. Esse projecto foi pelo Sr. secretário transmitido à Câmara dos Deputados, para ser tomado na devida consideração. Trata-se de mais um ponderado esforço daquelle Departamento, no sentido de se criar entre nós um conjunto de garantias equitativas, necessárias, e a todos os respetos proficuas, para as classes trabalhadoras do Estado, cujos interesses, ainda quando coincidem francamente com os de toda a comunhão social, têm sido lamentável e illogicamente descurados pela República.⁹⁶

Ironicamente essa citação foi publicada na seção de *Notícias Diversas* do diário *O Estado de São Paulo* no dia 09 de julho de 1917, dia do fatídico confronto entre grevistas da fábrica Marilângela e os policiais que proporcionaram a morte do sapateiro José Martinez, assassinio este que foi o estopim para a deflagração da greve geral anarquista.⁹⁷ Assim, o projeto de lei que tinha o sentido de evitar o confronto que já se previa, “Desde o anno passado que, discutindo a carestia da vida, vimos chamando a atenção dos poderes públicos e dos industriaes (...)”⁹⁸ segundo outro diário que representava a pequena burguesia mais ligada ao comércio, *O Combate*.

95 ALCOOL E TABACO. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 22 nov. 1903. (AEL).

96 INSPEÇÃO DO TRABALHO. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 09 jul. 1917. Notícias Diversas, p. 5. (AEL).

97 Cf. LOPREATO, 1997. Cf. Id. 2000.. Se quiser uma versão burguesa do ocorrido Cf. AGITAÇÕES OPERÁRIAS. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1917. Notícias Diversas, p. 5. (AEL).

98 OS OPERÁRIOS ENTRAM NO CAMINHO DA VIOLÊNCIA. *O Combate*, 10 jul. 1917, p. 1ª. (AEL).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

O que se pretende deixar claro é, resguardando o intervalo de uma citação a outra, a finalidade dos dois discursos. O anarquista pretende através do convencimento racional educar o trabalhador a recusar determinados hábitos que “aniquila a vontade e a energia, entenebrece a inteligência, entorpece os músculos,”⁹⁹ buscando ativar os ânimos para que estes resistissem e lutassem pela transformação radical da sociedade a qual viviam.

Já a imprensa burguesa, através também de um *status* científico que se queria institucionalizar, almeja pressionar as instituições estatais para que aprove uma lei com o sentido de prevenir possíveis confrontos que lhe trariam prejuízos, fazendo com que o Estado proteja seus interesses com leis que limitem possíveis protestos por parte dos trabalhadores que de fato vieram a ocorrer. A classe burguesa urbana pretendia consolidar algumas estâncias de poder que vinham conquistando através de grupos de pressão junto ao governo oligarca do período. Portanto, era um projeto político, sobretudo, com a finalidade reformista.

A diferença entre moral anarquista e o projeto político nacional burguês que se impôs através de políticas cooperativistas que visavam o concílio de classe é notório quando se comparado dessa forma.

3.1.1. As interdições anarquistas

Nesse estudo, se privilegiou, por determinações que vão além do critério metodológico, o periódico quinzenal *O Amigo do Povo* que prezava pela formação teórica anarquista dos trabalhadores no período em que esteve em circulação de 1902 a 1904. Entre outras características:

99 ALCOOL E TABACO. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 22 nov. 1903. (AEL).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

O jornal anarquista **O Amigo do Povo** estava na origem da constituição de um movimento político e sindical organizado, que influenciou sem dúvida a nascente classe operária e despertou um interesse geral pelo anarquismo. Em torno desse jornal, encontravam-se vários grupos anarco-comunistas, que constituíam uma dimensão própria da ação anarquista e tinham uma concepção diferenciada da estratégia a ser seguida. Suas diferentes opções de atuação visavam de uma e outra forma à educação dos trabalhadores. A análise desse caso delimitado permite-nos compreender um pouco mais um momento importante na história do anarquismo e dos trabalhadores brasileiros. Os diferentes temas apresentados pelo jornal **O Amigo do Povo** iam do anti-parlamentarismo à emancipação da mulher, da imigração à violência do Estado, da opressão e exploração dos trabalhadores no campo ao despotismo dos patrões nas fábricas das cidades, notícias do Brasil e do mundo, lamentos, histórias, denúncias.¹⁰⁰

Outra razão que se impôs para a escolha desse jornal foi a sua preocupação com a formação dos trabalhadores, o que revela sua importância já que foi um dos pioneiros nessa tarefa. Por outro lado, pode se achar problemático falar em moral anarquista e, mais ainda, fundamentar esse estudo nos artigos de um periódico do começo do século, onde mal se tinha configurado as distinções dos grupos sociais e seus possíveis papéis de classe (mas, a própria moral anarquista que se queria construir é um dos aspectos das diferenças de classe). A escolha se justifica, metodologicamente, pelo fato do jornal adiantar uma série de preceitos morais que iriam ficar mais nítidos e ter maior abrangência na década de 10, mas que já estava se desenvolvendo no início do século com participação importante dos periódicos *La battaglia*, *La Barricata*,¹⁰¹ e do próprio *O Amigo do Povo*.

As interdições anarquistas, como é denominada as recusas libertárias a algumas condutas, é o que tem de mais evidente, dentro do cotidiano dos trabalhadores em São Paulo, do desejo por parte dos anarquistas de incutir nessa classe em formação um tipo de procedimento moral, que fosse em sua vivência um projeto de mudança, ou pelo menos um sonho de uma sociedade melhor se concretizando nas ações do dia-a-dia. Esse projeto que se queria pôr em prática através de um código ético, ao contrário do que possa parecer, de modo

100 TOLEDO, 1998, p. 92.

101 Sobre a circulação dos periódicos *O Amigo do Povo*, *La Battaglia* e *La Barricata*. (Cf. OLIVEIRA, 2001, pp. 87-91).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

algum estava distante do horizonte dessa classe em formação. Apesar do anarquismo ser oriundo da Europa, a moral anarquista que se queria construir estava em sintonia com as condições econômica-sociais do Brasil.¹⁰²

Podemos ver na historiografia operária características das condições sociais brasileiras que nos permite entender o porquê da relativa influência que os anarquistas exerceram aos operários da Primeira República. O sufrágio, um recurso burguês, bastante eficiente diga-se de passagem, para se exercer o controle social era, segundo a constituição de 1891, liberal em seu conteúdo¹⁰³, restrito aos alfabetizados, como se sabe, o nível de analfabetos nesse período era altíssimo. Essa era apenas uma das características da situação brasileira que proporcionou uma grande identificação dos trabalhadores tanto urbanos como rurais com a estratégia política da ação direta de recusar a representatividade burguesa.¹⁰⁴ Assim, pôde-se construir uma identificação entre as condições de vida do trabalhador¹⁰⁵ brasileiro (que muitos eram também como boa parte dos imigrantes que vieram primeiramente para trabalhar nas fazendas produtoras do café, provenientes do campo)¹⁰⁶, e os projetos anarquistas (que visava a educar o trabalhador em determinado procedimento ético).

As recusas anarquistas estão, assim, dentro de um contexto que remonta desde o

102 Cf. CARNEIRO, 1999.

103 CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1891, 29 jun. 2002. (<http://www.redebrasil.inf.br/0cf/00fr.htm>).

104 “A ação direta era sua estratégia básica e qualquer cooperação com a política eleitoral ou parlamentar (que era um tema de interesse quase nulo na época) era rejeitada”. (PINHEIRO, 1997, p., 150).

105 Sobre a constituição da classe trabalhadora em São Paulo é importante também notar uma outra colocação de Paulo Sérgio Pinheiro refutando certa perspectiva da historiografia operária brasileira que se referia ao estrangeirismo da classe operária. “... mesmo entre os operários militantes, os nativos eram proporcionalmente mais numerosos e haviam constituído a maioria dos últimos congressos operários”. (Ibid., p., 151).

106 Contra aquela velha tese de que a predominância do anarquismo é próprio de países pré-industriais como, no caso, o Brasil. É possível fazer um crítica interna sem desconsiderar o termo pré-industrial, pois mesmo nessa linha de raciocínio, a relação entre consciência de classe e a grande indústria é contestável. “... a relação entre tipo de indústria e consciência operária não está muito clara: a organização e a militância parecem ocorrer indiferentemente tanto em fábricas, como em oficinas. O que intriga na situação paulista (ou carioca) é a caracterização de uma camada importante cujos membros, literalmente, pudessem ser considerados como artesãos. Tudo indica que os trabalhadores das oficinas dessa época tinham a mesma experiência prévia (imigração e trabalho rural) que os ‘operários’ das grandes empresas”. (Ibid., pp., 150-151).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

cotidiano das relações entre os trabalhadores até as determinações mais conjunturais da economia brasileira.

Pretendo aqui, baseado nos jornais que circulavam à época da Primeira República, expor essa conduta ética diferenciada que, muitas vezes, toma contornos mais nítidos, justamente pelas interdições anarquistas, isto é, por apelos anarquistas que procuravam “formar” através de variados instrumentos, entre eles, principalmente, a imprensa, os trabalhadores, influenciando inclusive no modo de vida deles.

Talvez o apelo que chama mais atenção quando nos deparamos com o tema do anarquismo no Brasil seja o da recusa à prática do futebol e à do baile. Já disse na página 45 que, supostamente, um dos motivos que leva os anarquistas a recusarem a prática do esporte bretão era o fato desse à época (e no caso brasileiro, ao contrário do Inglês) estava ligado intrinsecamente aos patrões, isto é, a ajuda financeira, necessária, efetuada por parte deles, criando, assim, uma identidade paternalista e pessoal entre patrões e empregados. Nesse artigo, poderemos notar um outro aspecto:

Lastimando profundamente o estado em que se encontra a juventude contemporanea, em relação ao seu valor physico, moral e intelectual, afigura-se-nos opportuno abordar algumas considerações a respeito. Presentemente, a juventude está corrompida pelos divertimentos mais prejudiciaes ao organismo e à educação. Uma infinidade de rapazes atira-se inconscientemente à dança e ao foot-ball, duas calamidades modernas que dizimam milhares de seres humanos.¹⁰⁷

Podemos notar a preocupação com os aspectos físicos, morais e intelectuais dos jovens que, provavelmente, por fazerem parte da “classe” trabalhadora, para qual o discurso era direcionado, já estariam no mercado de trabalho. Por isso, a ênfase na *inconsciência* dos jovens e a inquietação com a *corrupção*, no sentido de que estariam os jovens sendo

107 ZEJO COSTA. A dança e o foot-ball – a mocidade. **A Plebe**, 30 out. 1917. nº 19, p. 4. (AEL). O grifo é meu.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

desviados do objetivo que deveria ser o da classe operária que, na visão anarquista, era de o se opor, através da ação direta, ao Estado capitalista, buscando, através da resistência, a revolução social e, a consequente, abolição do Estado. Fica notório, então, que o discurso anarquista visando modelar a prática do dia-a-dia dos operários estava baseado no projeto futuro de sociedade anarquista.

O foot-ball attrac, igualmente, milhares de rapazes que se exercitam no funesto jogo com um selvagismo atroz. Esse rapazes inconscientes e despreocupados, de nada se arreceiam: por isso quebram as pernas e os braços, estragam o aparelho digestivo, affectam os pulmões, se arruinam, enfim, para todo o sempre.

Por outro lado, no caso do futebol, podemos perceber que no discurso moral anarquista permeia, implicitamente, uma certa influência do cientificismo. Vemos também a preocupação com constituição física e moral mais uma vez, todavia, com um diferença interessante, o discurso, pretende-se, científico. E pelo não dito do discurso, podemos verificar que o esporte é um jogo que torna as pessoas selvagens, assim, o discurso anarquista dialoga com as ciências naturais (selvagem/civilizado) e procura por outros meios, que não os institucionais (como fazia o Estado na Primeira República como o exemplo das campanhas de vacinação), “civilizar” o trabalhador. Recapitulando um pouco a discussão do item anterior, apesar da aproximação evidente, em termos racionais, com a burguesia, a “civilização” que os anarquistas buscavam *impor* sobre os trabalhadores era no sentido de criar um campo propício junto ao operariado para que estes se organizassem, o que, nesse sentido, marca uma profunda diferença, pois almejava, em última instância, mudar os fundamentos em que estava erigida aquela sociedade.

Dessa forma, as aproximações com os discursos e práticas burguesas se davam, em sua maioria, por via racional (que não era o único aspecto que aproximava a moral anarquista da burguesia, e jamais o único que os militantes anarquistas se preocupavam), concordo assim, em

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

parte, com o que disse Luiz Antonio Vieira, no entanto, isso acontecia porque ambos, o anarquismo e o liberalismo, compartilhavam da mesma herança histórica, pois apesar de radicalmente opostos, as duas teorias foram forjadas quase que nas mesmas condições históricas e o anarquismo moderno se formou, em parte, no confronto com as idéias liberais. Daí o fato de mesmo no Brasil ter se recriado um imaginário comum onde as ideologias (liberais/anarquistas) se configuravam como opostas em si.

3.1.2 O espaço do lazer

Outro aspecto era a importância que o tempo de lazer dos trabalhadores tinha para os anarquistas (também trabalhadores), onde se tentava através do exemplo no convívio dos finais de semana construir um tipo diferenciado de sociabilidade, buscando o mesmo objetivo: o de “formar” o trabalhador. Olhando por esse lado não fica difícil de entender o porquê da obstinação contrária à prática do futebol pelos anarquistas. O futebol, nessa época, era um entretenimento que tinha uma função social oposta aos objetivos anarquistas, pois deixavam os “rapazes inconscientes e despreocupados”, bem distante de lutarem por uma sociedade melhor. O futebol, na visão anarquista, tivera o sentido de distração, o que contribuía para a manutenção daquela ordem estabelecida.

Um outro ponto de discordância que tenho com a argumentação de Luiz Antonio Vieira é que além de aproximar em demasia a dita moral burguesa com a anarquista, pelo aspecto da razão, de acordo com seu projeto de dissertação, o autor deixa subtendido que a moral anarquista não tem também um aspecto lúdico.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

O interesse dos anarquistas pelo lazer, pelo entretenimento dos trabalhadores buscava indicar o tipo de “distração” que o operariado deveria ter, assim, a moral anarquista, revela outras facetas. Se pegarmos o baile (espaço de diversão) por exemplo que é outra interdição anarquista, vemos mais uma vez o objetivo de “moldar” um “novo homem”, um novo trabalhador, mediante o fato de que a recusa do baile não era uma unanimidade entre os anarquistas, e era tolerada, à medida que, fosse útil para os propósitos libertários.

Nos debates sobre o baile podemos notar a complexidade das idéias e práticas anarquistas e as várias tendências de pensamento entre os libertários. Essa complexidade também alcança o lado lúdico, da diversão e da brincadeira. No imaginário anarquista tem espaço tanto para o discurso moralizante quanto para outro discurso que buscava, com mais maleabilidade, se adequar a alguns costumes já bastante disseminados entre os trabalhadores.

Nos bairros operários -

Considerando-se que a classe trabalhadora concentra-se em determinados bairros (Brás, Moóca, Bom Retiro e Barra Funda), é previsível que atores e público conviviam diariamente no mesmo espaço geográfico da cidade. Outras formas de convívio entre trabalhadores libertários são estimuladas pelos núcleos militantes, organizando bibliotecas, conferências, piqueniques gigantescos, em que trens lotados de operários se deslocam para um fim de semana campestre ¹⁰⁸

- conviviam tanto a figura do militante mais carrancudo e moralista que acabava, inconscientemente, se aproximando da figura do padre que tanto criticavam, quanto aquele que sabia contemporizar o ideário anarquista e seus preceitos morais com a prática do dia-a-dia,

Teve, como se vê, bom êxito a festa de sábado. E não poderia se desejar outro resultado, tendo em vista o seu simpático fim. Essa velada foi organizada por um grupo de libertários em homenagem ao soldado Caetano Masetti que, ainda há pouco, num gesto de suprema rebeldia, fazendo-se intérprete de todas as vítimas da guerra, lançou contra esse horrível flagelo da humanidade seu vigoroso protesto, atirando contra um oficial. O produto líquido da festa será enviado à família desse extraordinário moço, que sacrificou a sua vida em holocausto ao grande ideal da paz universal. ¹⁰⁹

¹⁰⁸ LIMA; VARGAS, 1987, p., 190.

¹⁰⁹ A *Lanterna*, 30 dez. 1911. apud. *Ibid.* p., 183.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

porém, tanto um tipo quanto o outro eram movidos pela mesma paixão, pelo mesmo sentimento forte de mudar a sociedade.

Nesse sentido, os anarquistas eram conscientes da importância do lazer e souberam utilizar esse “tempo de ócio” do trabalhador promovendo festas (com baile ou sem baile, de acordo com a conveniência do que fosse melhor para a causa anarquista), piqueniques, peças teatro, fundação de bibliotecas e escolas racionalistas¹¹⁰ com o propósito de “formar” o trabalhador tanto intelectual, cultural e moralmente, como nenhuma outra tendência social o fez: “Como anunciamos, realizou-se na noite de 2 do corrente uma festa organizada pela União dos Trabalhadores Gráficos, festa cuja programação constava dum drama, uma pequena comédia, uma conferência, com trechos de música e o inevitável baile”. Na utilização do espaço de lazer havia - como podemos notar na continuação do mesmo texto acima citado que critica a apresentação de uma comédia -, uma constante; a sua finalidade:

Tratando-se de uma sociedade operária de resistência, apraz-nos examinar se os seus atos correspondem ao fim para que foi criada, e contribuir com o nosso grão de areia para que a energia dos operários conscientes não se desperdice em trabalhos e iniciativas que estão longe de favorecer o desenvolvimento da consciência proletária (...) O drama “Amor e Desventura” (que título!), arcaico dramalhão de capa e espada, com duelos e grandes frases grotescamente heróicas, borracheira idiota, capaz de fazer evacuar uma sala cheia de gente de bom gosto mais depressa do que uma carga de cavalaria com o “salve-se quem puder” dos momentos de pânico, pode servir para muita coisa, inclusive para comover as pedras, mas para educar os assistentes, nem por sombras! (...) As sociedades de resistência corresponderão aos seus fins quando destes forem conscientes os associados e o mostrarem nos seus atos: conferências, escolas, festas, lutas. E não é imitando pessimamente os burgueses nas exterioridades que se ganha a força que lhes dá o dinheiro e que os operários obtêm com a consciência que fortifica uniões. Não nos levem a mal os sócios da União estas observações e não desistam de aumentar sua força enveredando pelo caminho seguido pelo proletariado. O mesmo dizemos ao grupo filodramático Ermette Novelli, se, como mostrou, pretende colaborar no esforço do proletariado, escolha obras modernas, emancipadoras, ...¹¹¹

Como se vê, o espaço de lazer, com a utilização das encenações teatrais bem como das leituras recomendadas e outros veículos procuram cumprir com o objetivo de “favorecer o

110 “Entre 1908 e 1910, duas escolas são construídas em São Paulo para filhos de operários (escolas modernas – ensino racionalista) com fundos levantados entre donativos voluntários”. (LIMA; VARGAS, 1987, pp. 182-183). Os grifos são meus.

111 (CRÔNICA PAULISTA. *O Amigo do Povo*, São Paulo, 9 jul. 1904. apud. Ibid. pp., 207-208).

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

desenvolvimento da consciência proletária”, pretende-se com isso canalizar “a energia dos operários” para que “não se desperdice”. Os anarquistas sabiam da importância da função do lazer numa sociedade capitalista como um espaço de descanso e entretenimento, por isso, aconselhavam outros militantes para que estes não desistissem “de aumentar sua força enveredando pelo caminho seguido pelo proletariado”. Esta frase do texto mostra a tentativa de conciliar o projeto social libertário com os afazeres cotidianos do proletariado, incentivando através dos “atos: conferências, escolas, festas, lutas” os trabalhadores a se formarem e se informarem da realidade exploradora que viviam, buscando fazer destes “sociedades de resistência”.

Por isso, a minha discordância com as idéias de Luiz Antonio Vieira:

Os anarquistas mobilizam um arsenal de argumentos e de censura ao divertimento, ao gozo dos prazeres, ou aos vícios, quando propagam os fundamentos pedagógicos de formação do *homem novo*. Contudo, nesse *affair* de opor o centro de estudos ao bar ou ao bordel; o estudo e a conscientização aos prazeres da bebida, do sexo, do fumo; quanto contrapõe a razão aos sentidos; os cuidados higiênicos e disciplinares do corpo ao desregramento das condutas, os anarquistas convertem-se em agências de engendramento de *habitus inscritos* nas táticas e dispositivos estratégicos com que o poder estruturante da sociedade burguesa opera sobre as classes populares.¹¹²

Não era “censura ao divertimento”, era censura a um tipo de divertimento, o burguês, nesse sentido, não se pode dizer que “os anarquistas convertem-se em agências de engendramento de *habitus* inscritos nas táticas e dispositivos estratégicos com que o poder estruturante da sociedade burguesa opera sobre as classes populares”, à medida que, “os dispositivos estratégicos”, para usar a mesma terminologia do autor, eram outros, sob outros paradigmas: libertários, por outra estratégia, qual seja, da ação direta e não pelos aparatos institucionais - ou que se queria institucionalizar pela estratégia parlamentar - da burguesia. Esses dispositivos estratégicos se confundem, às vezes, aos da burguesia pelo fato de se apresentarem com o mesmo discurso racional, que se quer científico, isso é devido ao fato de

112 VIEIRA, 2002, p. 101.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

as ideologias liberais e anarquistas modernas terem sido construídas no bojo do iluminismo, ou da era da razão que suprimira a moral religiosa, onde a igreja católica detinha “os dispositivos estratégicos” da época. Sendo assim, o discurso “disciplinador” anarquista não era contrário a diversão, era contrário sim, à diversão burguesa ou aos divertimentos ou vícios que prejudicavam o projeto anarquista de sociedade futura e, por isso, a busca dos anarquistas por outras diversões: o teatro com projeto político e a literatura engajada, piqueniques que buscavam a confraternização dos operários e outros.

Há um pequeno desvio na argumentação de Luiz Antonio Vieira, talvez influenciado por aquilo que queria provar: oposição lúdica do imaginário do malandro aos aparatos ideológicos da burguesia, e isso creio que conseguiu, mas a moral anarquista tinha mais distinções do que proximidades com a moral burguesa, e isso fica relativamente claro quando vemos o fato subjacente constante no discurso anarquista que era o seu projeto de sociedade futura e a estratégia política para construção dessa sociedade libertária.

Por outro lado, reforçando o que já disse, a oposição lúdica (malandros) / racional (anarquistas e burguesia) escamoteia as diferenças entre moral anarquista e burguesa e não é suficiente para enquadrá-la, no caso da moral anarquista, no invólucro conceitual racional, pois ela vai além do discurso e práticas racionais pela própria origem dupla do anarquismo (seitas heréticas/iluminismo)¹¹³.

Os anarquistas eram impulsionados também pela paixão, pela “crença quase religiosa” em seu ideal e na certeza “fiel”¹¹⁴ de que estavam fazendo o *certo*. Daí torna-se precário metodologicamente falando, identificar o anarquismo e a conduta ética dos militantes com uma

113 Como tentei minimamente expor no 1º capítulo, baseado na argumentação de James Joll. Cf. JOLL, 1977.

114 A utilização dos termos “fiel” e “crença quase religiosa” é proposital e procura mostrar, ligando essa argumentação com a do primeiro capítulo, a dupla origem do anarquismo (seitas gnósticas e iluminismo) retirada do livro de James Joll. Confrontando com as idéias de Luiz Antonio Vieira, as aproximações entre moral burguesa e anarquista, creio, também não se davam apenas pela via racional.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

atitude meramente racional, sem falar que os anarquistas se preocupavam também, como tentei expor, com os espaços de lazer, de “diversão” do operariado, embora, fizesse uma utilização “útil” destes à causa anarquista...

O MITO COMO CONSTRUÇÃO NO DIA-A-DIA.

(CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Esse item pretende apenas fazer um apontamento para a possibilidade de tal pesquisa também ser abordada por outro enfoque. Em princípio, devido a dificuldade de se trabalhar com fontes primárias e com a complexidade do tema - que uma pesquisa monográfica deve ter a pretensão apenas, como é o caso dessa: de “arranhar” algumas questões referentes à moral anarquista -, acabei encontrando, com a ajuda dos componentes e as orientadoras (Jacy Alves de Seixas em Monografia I e Christina Roquette Lopreato em Monografia II) do *Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política* um grande campo de estudos tal qual um grande referencial teórico que é o Imaginário Político. Estive em posse de um texto de Raoul Girardet *Mitos e Mitologias Políticas* e, por muitas vezes, me vi tentado a utilizá-lo com a intenção de clarificar minhas idéias através da abertura de um novo campo a ser explorado na abordagem do tema da moral anarquista, pois, parcialmente, creio que o mito da transformação social era, por vezes, um grande propugnador da militância anarquista em sua apaixonada luta pela formação política do trabalhador.

Todavia, ainda estava sem experiência necessária. Para com o campo de estudo do Imaginário Político poder me embrenhar pelas nuances infinitas do anarquismo e, esse item, nesse perspectiva, é mais um pedido de desculpas por não ter sido capaz de abordar o tema de forma mais aguda e mais profundamente como lhe é merecido. Não obstante, se tive algum aprendizado nessa pesquisa, e acho que tive vários, o maior talvez, tenha sido, o de perceber o quanto somos pequenos quando nos comparamos com a realidade complexa que só conseguimos atingir através de mediações e de maneira fragmentária.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Essa pesquisa é como molécula solitária vagando, às vezes, incerta, sem direção e titubeante pela imensidão incomensurável do cosmos, totalmente perplexa com a realidade que via, que sentia... até encontrar outra a quem se juntou e encontraram mais outra e outra e..., criando a vida... aqui está o resultado, caros leitores, pois pelo menos três, sei que tenho, - esta monografia!

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Conceito de Iluminismo**. São Paulo: Editora Nova Cultural, “Coleção Os Pensadores”, 1999.

ANSART, Pierre. **Marx y El Anarquismo**. Barcelona: Barbal Editores, 1972.

ANTUNES, Fátima M. R. Ferreira. **O futebol nas fábricas**. In: Revista USP. (sem data).

ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, “Coleção Primeiros Passos”, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC/Brasília, 1987.

BAKUNIN, Michael Alexandrovich. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

BENJAMIN, W. **O Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX – O espetáculo da pobreza.**

São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção “Tudo é História”, 1982.

CARNEIRO, Ricardo São José. **Anarquismo e Imaginário na Primeira República: (Des) construindo a representação do Anarquismo como 'Planta Exótica'.** Uberlândia: Instituto de História, UFU, 1999. (Monografia).

CAVALCANTI, Jardel Dias. **Os Anarquistas e a Questão da Moral (Brasil – 1889/1930).**

Campinas: Editora Cone Sul, 1997.

COSTA, Caio Túlio. **O que é Anarquismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, “Coleção Primeiros Passos”, 1988.

DECCA, Edgar de. **1930: O Silêncio dos Vencidos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DECCA, Maria A. Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

DULLES, John W. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo - Publifolha, 2000. (vol. 1 e 2/ 10ª ed).

FAUSTO, Boris. **Conflito Social na república oligárquica: a greve de 1917**. São Paulo: Estudos Cebrap, 1974. (n. 10, out./nov./dez).

_____. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1983.

FEBVRE, Lucien. **O Problema da Descrença no Século XVI – A Religião de Rabelais**. Lisboa: Editorial Início, 1970.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.

FLAVIAN, Eugenia; FERNÁNDES, Gretel Eres. **Minidicionário Espanhol/Português – Português/Espanhol**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/PubliFolha, “Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro”, 2000.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

GAARDER, Jostein. **O Mundo de Sofia – Romance da história da filosofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A História e a Micro História**. Entrevista, 1990, p. 04.

GIROUD, Francoise. **Jenny Marx – ou a mulher do Diabo**. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1997.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e Trabalho – Política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. **A Invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo Da doutrina à ação**. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1968.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Nova

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Cultural, “Coleção Os Economistas”, 1996.

HOBBSAWM, Eric, J. **Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

JOHNSTONE, M. Blanquismo. In: BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, pp., 32-33.

_____. Internacionais. In: BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, pp., 195-199.

JOLL, James. **Anarquistas e Anarquismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

KROPOTKIN, Piotr. **La Moral Anarquista**. Madri: Ediciones Júcar, 1977.

_____. **A Anarquia: sua filosofia, seu ideal**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

_____. **O Estado e seu papel Histórico**. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença, “UNESCO”, 1952.

LIMA, Mariangela Alves de; VARGAS, Maria Thereza. O Teatro Operário em São Paulo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil : Memória, Lutas, Cultura**. São

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Nova Cultural, “Coleção Os Pensadores, 1987.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **A Semana Trágica: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

_____. **O Espírito da Revolta – a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Anna Blume, 2000.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA A.; BERKMAN, Alexandre. **Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia – Resposta a Filosofia da Miséria de Proudhon**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política – O Processo de Produção do Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2 v. 966p.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edição Comemorativa 150 Anos “Corrente *O Trabalho* do PT”, 1998.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

MICHAELIS. **DICIONÁRIO PORTUGUÊS/INGLÊS/ESPAÑHOL**. UOL Versão 7.0: São Paulo: Coleção Cult, 2001. 1 CD-ROM.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Editora Nova Cultural, “Coleção Os Pensadores”, 1999.

_____. **Aurora – Pensamentos sobre os Preconceitos Morais (1880-1881)**. São Paulo: Editora Nova Cultural, “Coleção Os Pensadores”, 1999.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo. **Despontar, (Des)fazer-se, (Re)viver... a (des)continuidade das organizações anarquistas na Primeira República**. Uberlândia: Instituto de História, UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala – Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **O Trem da História – A Aliança PCB/CSCB/ O PAIZ**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: CNPq, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil – 1889-1930 documentos: O Movimento Operário**. São Paulo: Alfa Omega, 1979, vol. 1.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e Trabalho no Brasil – dos anos 20 a 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. O Proletariado Industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (org.). **O Brasil Republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889 – 1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil : Memória, Lutas, Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do Princípio Federativo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

_____. **A Propriedade é um roubo – e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

_____. **Conflito Social e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

SEIXAS, Jacy Alves de. Anarquismo e Socialismo no Brasil: As Fontes Positivistas e Darwinistas Sociais. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: UFU, 1995. (nº12/13, jan/dez. pp. 133-148).

_____. O Esquecimento do Anarquismo no Brasil: A Problemática da (Re) Construção da Identidade Operária. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia. UFU, 1994. (nº 11 jul./dez. pp., 213-232).

_____. Indivíduo, Liberdade e Solidariedade em Proudhon: Contribuição para uma genealogia do pensamento e sensibilidades anarquistas. In: MACHADO, Maria C. T. e PATRIOTA, Rosângela (Org.). **Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia: UFU, 2001. (pp. 57-70).

SOARES, Armando. **Moderníssimo Dicionário Brasileiro**. São Paulo: Editora Angelotti, 1989.

A Ética da mudança – Moral Anarquista na Primeira República

THOMPSON, Edward P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 volumes.

_____. **A Miséria da Teoria – ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOLEDO, Edilene Terezinha. Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. In: HALL, Michael M.(org.). **Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas**. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998.

VIEIRA, Antônio Luiz. **Recusa Lúdica e Recusa Lógica: Corpo e Utopia(s) no Imaginário De Anarquistas e Malandros**. Uberlândia: Instituto de História, UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado).

VEZENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

WOODCOCK, George. **Anarquismo: Uma história das idéias e movimentos libertários**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983, 2 vol.

JORNAIS

São Paulo-SP

A PLEBE, jul. 1917.

O AMIGO DO POVO, 1902-1904.

O COMBATE, jul. 1917.

O ESTADO DE SÃO PAULO, jul. 1917

DOCUMENTOS DA INTERNET

www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br

www.cpdoc.fgv.br

www.memorialdoimigrante.sp.gov.br

www.mp.usp.br

www.redebrasil.inf.br

www.republicaonline.org.br

www.unicamp.br

www.visualnet.com.br